



PSD p.7

Governo faz nomeações de forma "autoritária e arrogante"



Parlamento p.11

Um orçamento da responsabilidade da esquerda

Povo Livre



nº 1912

2 de março de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



PSD "ESTARÁ PREPARADO" PARA GOVERNAR

Pedro Passos Coelho em Barcelos

Encerramento do 1.º Congresso Distrital Autárquico, Caldas da Rainha

“Restritivo é nova palavra para a austeridade socialista”

O presidente do PSD acusa o PS de ter “uma retórica infantilizada” sobre a austeridade, dizendo que está a acabar quando, na verdade, está a ser redistribuída com um orçamento restritivo. “Restritivo é a nova palavra para a austeridade socialista”, afirmou Pedro Passos Coelho, ironizando que, “com o socialismo, não há austeridade”, mas sim “orçamento restritivo”. Acusando o Governo de uma “retórica infantilizada sobre a austeridade e sobre o crescimento e desenvolvimento do país”, o presidente do PSD criticou a ideia, “criada nestes meses, de que vai haver mais dinheiro para a educação, que vai haver mais dinheiro para a saúde, para a segurança social, vai haver mais dinheiro para tudo”.

O que há, apontou, é “um orçamento restritivo” em que “aumentaram os salários, mas não deram mais dinheiro, por exemplo, aos hospitais ou às universidades “para pagarem os aumentos salariais”. Ou seja, acrescentou, “na verdade o que se está a fazer é a redistribuir a austeridade, dando com uma mão e tirando com a outra”.

Considerando que o Orçamento do Estado “não passa de uma espécie de intenções”, Pedro Passos Coelho acusou o Governo de não “ter sequer capacidade para assumir os compromissos” e de vir ainda acusar o líder do PSD de “andar a manobrar a Europa para pedir mais medidas” de austeridade. “É uma infâmia”, declarou, repudiando “esta maneira de fazer política”, que considera resultar “da necessidade de [o Governo] agradecer aos partidos de que depende”.

Discurso de quase uma hora, sempre pautado por críticas ao Governo, o líder do PSD acusou o PS de se “ajoelhar”, perante a Comissão Europeia. Lembrando o anterior posicionamento do Bloco de Esquerda (BE), em relação ao Syriza, Passos Coelho afirmou que agora “há uma nova retórica” do partido que, “já não revê” no Governo Grego por ter “ajoelhado na Europa”. E como, por cá, “o BE não ajoelha, que ajoelhe o PS que está no Governo”, ironizou, acrescentando que “o PS, até ver, lá vai ajoelhando. E disfarça cada vez que vai ajoelhando dizendo ‘não, nós estamos de pé’”.

Passos Coelho falava, dia 20, nas Caldas da Rainha, onde hoje encerrou o 1.º Congresso Distrital Autárquico que reuniu autarcas e militantes de todo o distrito no Centro Cultural e de Congressos.

Governo deve clarificar posição na TAP



Pedro Passos Coelho desafiou igualmente o Governo esclarecer a sua posição na TAP e nos Transportes de Lisboa e do Porto, responsabilizando-se pelas consequências de “desfazer” os negócios. “Não conhecemos sequer, em



toda a extensão, o memorando que foi assinado entre o Estado e o consórcio que ganhou a privatização [da TAP]. Sabemos apenas que parece que o Estado terá 50%”, afirmou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, acusando o Governo de ter ido ao parlamento “explicar-se”, mas “sem explicar nada”.

Pedro Passos Coelho questionou se, afinal, a TAP é “pública ou não”, a autoridade do Estado sobre a empresa e se esta contará ou não para a consolidação da esfera pública, do setor empresarial do Estado. Passos Coelho quer ainda saber “quem vai decidir” o futuro da transportadora aérea portuguesa, e deixou ao Governo Socialista um repto, “para que assuma a responsabilidade de desfazer [o negócio]”, sem aproveitar, “de forma enganosa, a posição da Autoridade Nacional da Aviação Civil, que, na ausência da informação que lhe deve ser prestada [pelo Estado e pelo consórcio], não pode permitir que este processo continue a avançar”.

Em matéria de transportes, Passos Coelho teceu também críticas à falta de resposta do Governo às dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas à concessão dos transportes de Lisboa e do Porto, e ao facto de ter dito “que havia ilegalidades”.

Negando a existência de quaisquer ilegalidades, o ex-líder do Governo considera que “o que há é uma apropriação, uma falsificação da realidade para a poder casar com aquilo que é a vontade do Governo”. Se o Governo socialista “não quer aquelas concessões” e “indemnizar aqueles que concorreram, que o diga e que explique aos portugueses porque prescindimos de poupar 440 milhões de euros, nos próximos dez anos, em empresas que podiam ser bem geridas” e que, considerou, “não teriam um agravamento de preços superior ao da inflação”. Até porque, “o que ofende a equidade em Portugal, é poder ter empresas públicas que possam gerar prejuízos que são pagos pelos impostos de todos os portugueses”, apesar de “não servirem todos os portugueses”, concluiu.

Madeira

Nacionalização do Novo Banco provocaria falta de confiança



No âmbito da campanha de recandidatura à liderança do PSD, Passos Coelho pronunciou-se sobre notícias relacionadas com a possibilidade de nacionalização do Novo Banco. O presidente do PSD tem dificuldade em perceber a possibilidade de nacionalização da banca, considerando que traduz uma imagem de fragilidade e evidencia “uma tentação de manter o país perto de um abismo de falta de confiança”. “Acho tudo isso uma tentação de manter o país perto de um abismo de falta de confiança que não se entende”, afirmou Passos Coelho no Funchal, 24 de fevereiro.

Para Passos Coelho, a possibilidade de nacionalizar esta instituição “é uma conversa” que tem “muita dificuldade em perceber”, argumentando que o país “está a fazer tudo ao contrário”, sobretudo numa altura em que deveria “estar interessado em criar condições de maior confiança para atrair o investimento externo, para poder vender como deve ser o Novo Banco, para poder ter investidores na TAP que pudessem garantir a sobrevivência da empresa”. “Numa altura em que nós precisávamos de ter confiança, estabilidade e previsibilidade como um escudo que nos protegesse até de alterações mais sensíveis nos mercados financeiros como ainda há pouco tempo sucedeu, a última coisa que nos interessa nesta fase é andar a falar de reestruturação da dívida, de nacionalização de bancos”, sustentou.

Segundo o líder do PSD, discutir estes temas serve para “atrair todas as atenções negativas do mundo sobre Portugal” e só “isso conduz à fragilização da imagem e da confiança no país”. “Acha que faz algum sentido alguém pôr em hipótese fazer a nacionalização do banco” quando o Fundo de Resolução “está empenhado em conseguir um comprador, quer dizer, foi justamente o sistema financeiro que investiu quase 5.000 milhões de euros no Novo Banco para ver se o vende e se isso não traz prejuízo para a banca portuguesa”, questionou. “Então era melhor dizer que não o querem vender e que querem que sejam os portugueses a pagar a sua nacionalização e que



acham que o que é preciso fazer com a Caixa Geral de Depósitos ainda tem de ser agravado com um objetivo dessa dimensão”, realçou.

Pedro Passos Coelho afirmou que o objetivo era a venda do Novo Banco, mencionando que há partidos que “continuam a acreditar que a melhor forma de olhar para o futuro é nacionalizar as empresas, a banca e por aí fora”, uma experiência de “má memória” outros



tempos em Portugal. “Eu dificilmente percebo como é que essa agenda interessa a Portugal hoje”, disse.

No dia 23 de fevereiro, o economista, conselheiro de Estado de Cavaco Silva e ex-presidente do Novo Banco, Vítor Bento, admitiu que a nacionalização daquela instituição bancária poder ser “uma saída possível”, considerando que “a venda não será já muito favorável”.



Orçamento é presente “envenenado para os portugueses”

Na opinião do presidente do PSD, a agência de notação financeira Moody's considera o Orçamento do Estado para 2016 “mais realizável” do que o esboço apresentado antes pelo Governo socialista. “Aquilo que se passou é que a generalidade das agências de ‘rating’, bem como outras entidades como aconteceu em Portugal com o Conselho de Finanças Públicas, como a Unidade Técnica de Apoio Orçamental na Assembleia da República vieram dizer que o esboço do Orçamento que o Governo português tinha apresentado não era credível”, começou por dizer aos jornalistas Passos Coelho, em Ponta Delgada, Açores, dia 26.

Para o líder do PSD, “agora que o Governo o alterou e veio criar mais impostos e, portanto, oferecer mais garantias em como as metas seriam mais atingíveis, mais verosímeis, as empresas de ‘rating’ e, neste caso, a Moody's, veio dizer que acha esta proposta orçamental mais realizável do que aquela que o Governo tinha apresentado antes”.

O presidente do PSD reiterou que “as intenções que tinham sido declaradas pelo Governo nem eram conformes ao Tratado Europeu, nem às regras do semestre europeu, nem ofereciam credibilidade externa ao país e, por isso, o Governo teve de alterar”. “Infelizmente eu creio – e disse-o na Assembleia da República – que este Orçamento é, ainda assim, irrealizável na medida em que parte do pressuposto de que existe ainda um plano B que tem que ser preparado e adotado para que as metas que estão fixadas possam efetivamente ser atingidas”, reiterou Passos Coelho, insistindo tratar-se de um “presente envenenado para os portugueses”.

Para o líder social-democrata, o Orçamento do Estado “quer criar a ilusão” de que o país pode “andar mais depressa na remoção de certas medidas de austeridade” que no passado permitiram ir equilibrando as contas”, considerando que o Governo deveria, neste período, “amadurecer melhor a sua perspetiva sobre a estratégia orçamental que está a defender”, pois é “demasiado voluntarista”.

Questionado se a Moody's fica satisfeita com um orçamento mais austero, Passos Coelho sustentou que “a agência de ‘rating’ não quer nem mais, nem menos austeridade, quer que Portugal, que tem dívida muita elevada, possa mostrar que será credível pagar essa dívida e não ter mais despesas e novas dívidas a serem contraídas quando há outras para serem pagas”.



PSD “estará preparado” para governar

“O PSD estará preparado para governar quando for caso disso. Não vou estar a antecipar condições de crise para o país”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Viana do Castelo, no final de uma viagem num barco de pesca para conhecer os problemas de assoreamento da barra que afetam os pescadores locais, domingo, 28 de fevereiro.

Instado a comentar a entrevista da candidata à liderança do CDS-PP, ao jornal “Público”, na qual admitiu poder formar um governo PSD/CDS, com o apoio parlamentar do PS, mas sem António Costa, o presidente do PSD rejeitou fazer “qualquer especulação”. “Não faço nenhuma especulação sobre isso. O PS não quis nenhum entendimento connosco e acha que eu agora devo estar a perder tempo a especular sobre entendimentos, sobre quê? O PS não se entendeu connosco para coisa nenhuma, depois de termos pedido várias vezes ao PS para podermos chegar a um entendimento na Segurança Social, para o Orçamento do Estado, o PS nem quis falar no assunto. Portanto agora deve governar”, frisou.

Quando questionado sobre se o PSD tem um ‘plano B’ em caso de crise política, Passos Coelho afirmou que a pergunta tem de ser feita ao PS. “Os partidos que apoiam o Governo têm uma obrigação de criar condições de estabilidade para que o governo dure. Qual é o ‘plano B’ do PS se o Bloco de Esquerda (BE) e o PCP faltarem com o apoio que foi prometido? O nosso plano é conhecido dos portugueses. Nós apresentámos um programa para governar. Não mudámos de programa passados quatro meses porque os problemas não são outros, poderão vir a ser mais graves daqui a uns meses se este Governo continua com esta onda de desfazer o que foi feito”, sustentou.

Em Viana do Castelo, e antes da viagem de barco para conhecer as condições da barra com que são confrontados os pescadores, quando vão e vêm da faina, o presidente do PSD manteve uma reunião de trabalho na cooperativa de pescadores VianaPesca com cerca de 700 empresas de pesca associadas. Passos Coelho visitou os novos armazéns de aprestos, na zona portuária, um investimento de 2,2 milhões de euros. O programa da visita à capital do Alto Minho terminou com uma sessão com militantes para apresentação da candidatura à liderança do PSD.



PSD está “preocupado” com a forma como o Governo encara o setor social

Em Cabeceiras de Basto, no sábado, Pedro Passos Coelho afirmou estar “preocupado” com o futuro do setor solidário ao ser agora encarado pelo Governo como “complementar” e acusou o executivo de querer “gastar

dinheiro” em equipamentos “concorrentes” aos das instituições sociais. “Eu estou preocupado com o futuro deste setor solidário porque os partidos que apoiam o Governo dizem declaradamente que o Estado só deve usar estas instituições de uma forma subsidiária ou complementar, o que significa que se prepara para gastar mais dinheiro investindo na criação de equipamentos que façam concorrência a equipamentos que já existem”, referiu Pedro Passos Coelho, em Cabeceiras de Basto, no final de uma manhã dedicada a visitar instituições sociais.

O líder da oposição acusou ainda o Partido Socialista de ter uma postura “arrogante” e “condicionar” o apoio às instituições de solidariedade conforme a “obediência” de quem as dirige. O presidente do PSD alertou ainda para a possibilidade de a mudança de “orientação” do atual Governo quanto ao setor social poder criar desemprego explicando que “há precedentes” disso, nomeadamente no apoio à rede pré-escolar.

No distrito do Porto, dia 26, o presidente do PSD defendeu que o Governo deve “arrepiar caminho” e inverter “rapidamente” os sinais dados ao exterior para que o país seja mais atrativo ao investimento e se torne mais resistente a adversidades. “Quem estiver verdadeiramente preocupado nos próximos anos a responder aos problemas estruturais mas também a salvaguardar e resguardar melhor o país de qualquer intempérie externa ou adversidade que possa ocorrer (...) então eu penso que está na altura de começar a arrepiar caminho rapidamente”, afirmou.

Ao longo de quase uma hora, Passos Coelho, que falava numa sessão aos empresários da Tecmaia, foi deixando alguns conselhos ao atual Governo e insistiu que se fosse primeiro-ministro “só não andaria tão rápido quando o Governo”, porque não acredita que “para as pessoas seja mais importante andar depressa demais”. “O mais importante é não tropeçar, não cair e não ter de voltar a ter de adotar medidas restritivas no médio prazo. O mais importante é que a recuperação seja consistente, que a remoção das medidas de austeridade possa ir sendo feita gradualmente mas de forma permanente”, assinalou.



Sobre as medidas do atual executivo, o social-democrata considerou “muito negativo não apenas os sinais dados de reversão na área estrutural, como tem vindo a ser emitido pela atual maioria”, mas também “muito imprudente que o debate público nacional vá pontuando a discussão envolvendo ou ameaças de nacionalizações – já aconteceu com a TAP, regressou agora a conversa de uma possível nacionalização do Novo Banco”. “Não me parece que qualquer discussão em torno de uma possibilidade da reestruturação da dívida pública portuguesa possa gerar confiança na atração de investimento”, frisou Passos Coelho, repetindo a necessidade de “inverter rapidamente estes sinais e de voltar a dar os sinais adequados”.

Passos Coelho sustentou que a economia portuguesa precisa de investidores e financiamento e que “aquilo que está a pontuar a retórica política de quem faz as escolhas hoje, vai ao arripio do que é favorecer este objetivo”. “Precisávamos de fazer o contrário do que está a ser feito”, frisou Passos Coelho para quem se as políticas do anterior Governo responderam aos problemas do país, então “deviam continuar, independentemente dos governos”. “A Comissão Europeia vê riscos que estão a ser elevados com uma política de reversão de resultados que foram obtidos em matéria estrutural”, lembrou. Nesse sentido, considerou que “reverter ou desfazer o que o Governo anterior realizou (...) representa um retrocesso permanente” que, a ser aplicado por todos sucessivamente, é um sinal de “imaturidade democrática”.

E acrescentou: “se perdermos tempo a andar para trás, nunca estaremos em condições de aproveitar as melhores oportunidades que o presente e o futuro nos podem oferecer para progredir e não para regredir”.

Pedro Passos Coelho lembrou também que se nos últimos anos Portugal conseguiu conquistar a credibilidade e a confiança dos mercados, hoje é tempo de “usar essa confiança como um escudo que nos protegesse mais de crises que se estão a anunciar no exterior”. “Este não é o tempo para fragilizar esse escudo ou para o pôr de lado e deixar-nos mais desprotegidos relativamente às ameaças externas”, alertou.

Se estivesse no governo estaria a “bombar” para afastar a crise



O líder do PSD afirmou que se estivesse a governar estaria “a bombar para que a crise ficasse cada vez mais para trás” e criticou quem, no debate político, perde tempo a insultar. “Estamos a recuperar da crise e eu, se estivesse no governo, estava a bombar para que a crise ficasse cada vez mais para trás e nós pudéssemos crescer para criar mais ainda oportunidades de emprego para aqueles que ainda não têm”, afirmou Passos Coelho. O deputado e recandidato à presidência do PSD respondia a alunos na



Escola Secundária Azeredo Neves, Amadora, numa sessão no âmbito do projeto “Parlamento dos jovens”, cujo tema era “as desigualdades entre o litoral e o interior”.

Escolhendo o desemprego como tema da primeira pergunta, um dos estudantes perguntou a Passos Coelho se, caso estivesse no governo, “essas desigualdades seriam finalmente resolvidas ou se iria aconselhar a emigrar”. Pedro Passos Coelho agradeceu a pergunta e lembrou que “ao contrário do que está vulgarizado”, nunca convidou ninguém a procurar emprego noutros países, mas aproveitou também para advertir que “Portugal foi sempre um país de emigração e a última coisa” que se deve fazer é “criar um estigma para as pessoas que emigram”.

Passos Coelho incentivou os jovens a participar civicamente e na política, e a questionarem-se como pode o país resolver os seus problemas, advertindo

contra formas “fáceis e demagógicas” de fazer política e contra os políticos que perdem tempo a acusarem-se mutuamente. “Muitas vezes a gente quando assiste ao debate político dá impressão de que as pessoas estão mais preocupadas em acusar-se e insultar-se do que dizer como é que se resolvem os problemas”, considerou. “Quando os políticos não sabem como é que se resolvem os problemas, arranjam uma discussão ao lado para que ninguém esteja a discutir o problema e se distraia com outras coisas. E assim falamos da gravata deste, do que o outro disse, duma coisa que aconteceu ou não aconteceu (...) e assim vamos passando os nossos dias, semanas e anos, sem saber quais são as soluções”, prosseguiu.

Passos Coelho considerou que a resolução dos problemas deve “atender à realidade e às condições que existem”, e frisando que “sem debater os problemas” de forma séria “é muito difícil chegar a um entendimento”.

Autarcas criticam ausência de redução do IVA nas refeições escolares

Os autarcas do PSD criticam a ausência de redução do IVA nas refeições escolares, considerando-a um “escândalo” ou um “lapso” que o Governo deverá corrigir. “Não se aceita que para comer uma refeição escolar seja aplicado 23% em IVA e comer num qualquer restaurante do país seja apenas aplicada a taxa de 13%”, refere, em comunicado, o presidente da Comissão Política Nacional dos autarcas social-democratas, Álvaro Santos Amaro.

Para Álvaro Santos Amaro, o Governo deve corrigir a “injustiça” e reduzir o IVA para as refeições escolares. “Só pode ser lapso, caso contrário é um escândalo”, acrescenta no comunicado, emitido após uma reunião dos Autarcas Social Democratas para analisar a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2016.

Para o também presidente da Câmara Municipal da Guarda, a “maior decepção é a questão do IVA nas refeições escolares”. “É incompreensível a incoerência de não estar previsto o abaixamento do IVA nesta matéria”, salienta.

O autarca considera também “incompreensível não estar previsto baixar o IVA para os transportes escolares”, por causa do aumento do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos. “Se o Governo pretende compensar as empresas com a majoração em sede de dedução de IRC, deveria compensar os municípios com a redução do IVA”, acrescenta.

Comunicado da Comissão Política Nacional dos ASD sobre o Orçamento do Estado para 2016

«Baixar o IVA na restauração sem incluir o abaixamento do IVA nas refeições escolares “ou é um lapso ou é um escândalo”.

O Presidente da Comissão Política Nacional dos Autarcas Social Democratas, Álvaro dos Santos Amaro, não aceita que “para comer uma refeição escolar seja aplicado 23% em IVA e comer num qualquer restaurante do país seja apenas aplicada a taxa de 13%”. Álvaro Amaro afirma esperar que “o governo corrija esta injustiça e reduza o IVA para as refeições escolares. Só pode ser um lapso, caso contrário é um escândalo”.

A estrutura dos autarcas social-democratas reuniu para analisar a proposta de Lei do Orçamento do Estado e considera como muito positivo o facto de “o segundo Orçamento do Estado do pós-troika consagrar a reposição de várias medidas que favorecem a autonomia do Poder Local e que tinham sido suspensas de forma abrupta no período da assistência financeira. O regresso à normalidade ao nível autárquico impunha-se, tanto mais que o contributo das autarquias para os resultados obtidos ao nível do défice e da dívida pública são notórios.”

Contudo, os ASD “não compreendem que, sendo a Lei das Finanças Locais muito recente – 2013 – o governo elabore uma proposta que não respeita esta Lei e retire às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia cerca de 300M. A Lei do Orçamento do Estado do ano passado aumentou as transferências para os municípios em 108 milhões de euros, ou seja, no total aumentou quase 5%. A proposta de lei do Orçamento do Estado para 2016



só aumenta 1,2%, cerca de 26 milhões de euros. Há uma clara interrupção no crescimento e reposição dos fundos.”.

De acordo com a análise da estrutura dos autarcas do PSD, “também relativamente às freguesias verifica-se o incumprimento da Lei das Finanças Locais. O valor global dos fundos a transferir está cerca de 21 milhões de euros abaixo do que deveria ser”.

No que concerne às Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, que recebem menos cerca de 3,5 milhões do que o preconizado na Lei, Álvaro Amaro destaca que este incumprimento em 2016 é um travão ao investimento autárquico tão mais grave quanto coincide com um ano importante do Portugal2020 e estas entidades têm que estar dotadas de meios para garantir a execução e coordenação do investimento.”

Mas, para o Presidente dos ASD Álvaro Amaro “a maior decepção é a questão do IVA nas refeições escolares. É incompreensível a incoerência de não estar previsto o abaixamento do IVA nesta matéria” e acrescenta que “assim como incompreensível e incoerente não estar previsto baixar o IVA para os transportes escolares, pois, que garantia têm os municípios que a despesa não aumenta por força do aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos? Se o governo pretende compensar as empresas com a majoração em sede de dedução de IRC, deveria compensar os municípios com a redução do IVA.”

Os autarcas social-democratas têm esperança que o governo introduza alterações que corrijam as matérias evidenciadas.»

Governo faz nomeações de forma “autoritária e arrogante”



Sérgio Azevedo considera que o Governo tem uma atitude de “donos disto tudo” e vai ponderar “tomar alguma posição” sobre o “ímpeto renovador em tudo o que é organismo do Estado”. O Partido Social Democrata considera que a demissão do presidente do Centro Cultural de Belém e posterior nomeação de um substituto faz parte de um “modus operandi” do Governo de António Costa “recente e inovador”. O PSD acusa o Executivo de autoritarismo e arrogância na exoneração de António Lamas do cargo de presidente do Centro Cultural de Belém (CCB). “Dá ideia de que o PS se tornou o Dono Disto Tudo. Foi assim com o Instituto de Segurança Social, com o Instituto de Emprego e com o governador do Banco de Portugal”, acusou Sérgio Azevedo.

Em declarações, no parlamento, o deputado social-democrata explicou que “sempre que querem alterar ou substituir seja quem for, [os socialistas] fazem-no primeiro através da comunicação social”. “Soubemos a intenção por entrevista ao Expresso”, lamentou. Trata-se, segundo o social-democrata, de uma “atitude que causa alguma estupefação”, pelo que o PSD promete avaliar a substituição de António Lamas por Elísio Summavielle.

“Vamos avaliar esta situação. Estamos surpreendidos com este ímpeto renovador de organismos do Estado e vamos, quem sabe, ouvir os responsáveis. As substituições são naturais quando são feitas de forma correta e com uma justificação plausível. Este Governo faz nomeações de forma autoritária e arrogante”, referiu.



Leiria

Congresso distrital de autarcas foi um sucesso

A Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, liderada por Rui Rocha, tornou público o agradecimento aos mais de quatrocentos participantes e a todos os que contribuíram para a organização do primeiro Congresso de Autarcas do PSD do distrito de Leiria, que decorreu no passado dia 20 de fevereiro, no Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha, e que foi considerado um sucesso por todos os intervenientes.

Ao longo do dia de trabalhos, desenvolveram-se vários painéis relacionados as freguesias, as políticas sociais nas autarquias, a importância da comunicação, as novidades relacionadas com o ordenamento do território, as oportunidades para a captação de investimento e as novas tecnologias associadas à governação eletrónica.

Na sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Tinta Ferreira, partilhou o testemunho da sua experiência enquanto autarca e da importância da delegação de competências nas freguesias. Pedro Pinto, secretário-geral dos ASD deu nota das diferenças entre o PSD e o PS no que diz respeito às autarquias, dando ênfase ao papel dos autarcas junto das populações, enquanto o secretário-geral do PSD, Matos Rosa, salientou a importância do PSD do distrito de Leiria no contexto nacional e os resultados obtidos pelo PSD nas últimas legislativas.

No painel sobre freguesias, João Prata destacou a participação cívica e da escola de cidadania, sendo que os autarcas de freguesia são aqueles que têm maior proximidade com o cidadão.

No segundo painel, sobre políticas sociais nas autarquias, o Provedor da Misericórdia do Porto, António Tavares, salientou a importância das instituições sociais no inestimável serviço prestado às populações e na capacidade de resposta em articulação com as autarquias, realçando que devemos colocar no topo das prioridades um equilíbrio necessário entre as preocupações sociais e o desenvolvimento económico.

No último painel da manhã relativo à comunicação nas autarquias, António Valle, dedicou-se ao papel da informação de proximidade, com os líderes das comunidades, com as associações, as ONG, sintetizando que "governar é comunicar".

No primeiro painel da tarde, Miguel Castro Neto destacou a necessidade de identificar e criar valores para fomentar a coesão territorial, valores que fazem despoletar marcas identitárias do território. Abordou ainda as oportunidades para a reabilitação urbana, alertando para a necessidade de reabilitar os centros históricos das cidades, através da reabilitação do



tecido urbano. Destacou, igualmente, a utilização das novas tecnologias como ferramentas de gestão das cidades.

No segundo painel da tarde, o presidente da CIP, António Saraiva, abordou as três áreas essenciais para a captação de investimento: fiscalidade, financiamento e a redução dos custos de contexto.

O último painel foi dedicado à "e-governance". A investigadora da Universidade do Minho, Sara Fernandes, alertou para a necessidade de encarar a real participação pública como uma ferramenta de gestão pública, sendo urgente promover a interoperabilidade em Portugal com a convicção de que vivemos todos numa network global.

Na sessão de encerramento, o presidente da concelhia do PSD das Caldas da Rainha, Hugo Oliveira, fez um resumo das diversas intervenções realizadas ao longo do dia de trabalhos, enquanto o presidente da Distrital de Leiria do PSD, Rui Rocha, agradeceu a todos os que contribuíram para a organização do Congresso e desafiou todos os presentes a acompanharem as próximas iniciativas da distrital de Leiria do PSD, cujo principal enfoque será dedicado à preparação do próximo processo eleitoral autárquico no distrito de Leiria.

Este congresso foi encerrado pelo presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, que fez referência à incerteza do Orçamento de Estado. Além da análise à situação política atual, o líder do PSD reconheceu ainda o trabalho desenvolvido pelos autarcas, ao longo das últimas quatro décadas.

Recorde-se que esta foi a primeira grande iniciativa da Distrital de Leiria do PSD, sendo que está já anunciado para o mês de junho um grande Congresso em Leiria, no sentido de promover uma visão mais ampla e multisectorial das áreas de desenvolvimento e afirmação da região.

Considerando a proximidade das eleições diretas para presidente do PSD e do Congresso Nacional do PSD, que se vai realizar no início do mês de abril, em Espinho, está já agendado para o próximo dia 14 de março de 2016, em Ansião, uma Assembleia Distrital de militantes, para analisar a moção estratégica a apresentar no Congresso Nacional.



Álvaro Amaro quer “grande plataforma” ferroviária na Guarda

O presidente da Câmara Municipal da Guarda considera que a cidade tem condições para ser a “grande plataforma ferroviária de transporte de mercadorias”, tendo em conta o cruzamento do corredor norte e da linha da Beira Baixa. O presidente da autarquia da Guarda esteve, no dia 15 de fevereiro, na reunião do Conselho Regional do Centro, em Castelo Branco, onde o ministro do Planeamento e das Infraestruturas anunciou a requalificação da linha da Beira Alta e a eletrificação da linha da Beira Baixa, entre Covilhã e Guarda.

Para Álvaro Amaro, a cidade “tem que ser a grande plataforma entre os cruzamentos da linha da Beira Alta, ou melhor, o chamado eixo [corredor] norte da ferrovia portuguesa, que concorre em termos económicos com o chamado eixo sul”, Sines/Caia. “Este é um eixo importante, mas nós, na Guarda, temos que ser a grande plataforma daquilo que é o eixo norte mais a linha da Beira Baixa. É aqui que se encontra. Mas tem que ser aqui na Guarda”, defende.

Álvaro Amaro explicou que o corredor norte será, de acordo com o Governo, constituído por duas componentes importantes: o corredor Aveiro/Mangualde (seguido por Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Guarda e Vilar Formoso) e a modernização da linha da Beira Alta entre Pampilhosa/Mangualde (até Vilar Formoso). “Para uma região Centro forte, como eu tive oportunidade de dizer nesse Conselho da Região, nós não podemos andar a disputar qual destes dois troços é o mais importante. São os dois. O Governo assumiu que iria propor o financiamento para os dois”, observou.

Em sua opinião, “para uma região Centro mais competitiva, é importante a linha da Beira Alta, mas é igualmente importante não desperdiçar o eixo Aveiro/Mangualde”.

O autarca referiu que defenderá “a compatibilização tecnicamente possível das duas componentes do chamado eixo norte, ou seja do [corredor] Aveiro/Mangualde e do [corredor] Pampilhosa/Mangualde, entenda-se a requalificação da linha da Beira Alta”: “Ou seja, nós não podemos perder, em termos de coesão do território, a importância da linha da Beira Alta, mas também não podemos perder, em termos da competitividade da economia, aquilo que vem da economia de Aveiro e do porto de Aveiro”.



Deputados questionam Governo sobre mapeamento de escolas em Viseu



Viseu e Vouzela, quais os critérios de entrada em obra?”, perguntam os deputados.

Pedro Alves, Leitão Amaro, António Lima Costa, Inês Domingos e Isaura Pedro referem que “o município de Viseu já celebrou um protocolo com o Governo anterior, no qual se compromete a ser o dono de obra, a elaborar os projetos e a suportar a componente nacional dos 15%”, e querem saber “como e quando pretende o Governo reverter o protocolo”.

Na pergunta que entregaram na Assembleia da República, os sociais-democratas lembram que “o anterior Governo fechou com a Comissão Europeia uma dotação de 350 milhões de euros de fundos comunitários do Portugal 2020 para resolver algumas carências de infraestruturas da educação, designadamente ao nível da reabilitação e requalificação das escolas do 2.º e 3.º ciclos e algumas do ensino secundário”.

“Estes fundos foram alocados às chamadas ‘zonas de convergência’, o que resultou num conjunto de escolas mapeadas ou identificadas para requalificação, desde o Norte, Centro, Alentejo e Algarve”, acrescentam. Por estar a decorrer o processo de candidatura em todos os Programas Operacionais Regionais, os deputados consideram que é importante “saber as condições e o calendário em que o Governo pretende executar as intervenções mapeadas”. “Sabendo que o ministro-adjunto, Eduardo Cabrita, se comprometeu com as autarquias que o Governo assumirá a comparticipação nacional destes investimentos, um valor aproximado de 53 milhões de euros”, entendem que devem ser “esclarecidas algumas questões práticas que preocupam os autarcas e as comunidades educativas”.

Os deputados do PSD, eleitos pelo círculo de Viseu, questionaram o Governo sobre o mapeamento das infraestruturas de educação nalguns concelhos do distrito, relativamente às quais estão preocupados. “Sabendo que estão mapeadas escolas nos concelhos de Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, São Pedro do Sul, Tondela,

Entre as questões colocadas estão “quem executa o projeto e quem lança a obra” e, “caso a opção recaia nas autarquias, qual será o modelo de protocolo a celebrar para a requalificação dos edifícios”. “Poderá o valor do IVA ser fator de decisão, uma vez que para a Parque Escolar o IVA é de 23% e para as autarquias é de 6%”, perguntam ainda.

Aumento de impostos em Lisboa

O vereador do PSD da Câmara de Lisboa António Prôa questionou o valor do saldo de execução orçamental do município em 2015, quase o dobro do previsto, considerando que provém do aumento de impostos municipais. “Nunca na história da Câmara Municipal de Lisboa houve, nem de longe nem de perto, um saldo de execução orçamental tão elevado, nunca o município pôde transitar para o ano seguinte um saldo tão elevado”, afirmou o vereador, intervindo no período antes da ordem do dia da reunião pública camarária de 24 de fevereiro.

Referindo-se à execução orçamental de 2015, António Prôa referiu que foi registado um saldo de 123,9 milhões de euros, quando se estimava que o valor se situasse nos 67 milhões de euros.

O vereador sublinhou que este valor constitui um “desvio, entre o previsto e o executado, de quase o dobro” e provém de alterações a taxas e tarifas cobradas, entre as quais a taxa de proteção civil ou as tarifas de saneamento e resíduos urbanos. “Não era necessário obrigar os lisboetas



a suportar encargos tão elevados”, afirmou.

O vereador social-democrata debruçou-se também sobre a poluição na cidade, citando um estudo do sistema de gestão de trânsito “Gertrude” que refere que “quase metade das emissões de dióxido de carbono são provenientes das paragens em semáforos”.

António Prôa pediu justificações relativamente a estes

valores, porém, o vereador da Segurança, Carlos Castro, disse que “as respostas ainda não estão completamente fechadas” e que espera apresentar dados concretos “em meados do mês de março”.

Na reunião pública, foi ainda aprovado por unanimidade a candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto em 2021, assim como a atribuição de uma verba de 594 mil euros de “apoio à realização das Marchas Populares em 2016”.

Desemprego é o novo indicador na Coordenação Económica da União Europeia



Indicadores sociais de taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração passam a contar para a análise da situação dos Estados-Membros, o que faz com que o relatório “Semestre Europeu” se aproxime da vida real dos europeus. A eurodeputada Sofia Ribeiro apresentou, dia 24 de fevereiro, em Bruxelas, durante a sessão plenária, o relatório sobre as questões do emprego e aspetos sociais inserido no Semestre Europeu, do qual é relatora.

Segundo Sofia Ribeiro “pela primeira vez, este relatório insere os indicadores sociais de taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração na análise da situação dos Estados-Membros, o que faz com que o relatório se aproxime da vida real dos europeus. Este é um passo que nos permite dar uma resposta direta e justa para os nossos concidadãos, tendo em conta as suas expectativas, preocupações e necessidades, evitando os erros do passado”, explicou.

Depois de intensas negociações, o relatório alcançou o consenso dos maiores grupos políticos, na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais. Desde que foi anunciado que seria relatora, Sofia Ribeiro debateu-se pela introdução de medidas potenciadoras do emprego, colocando a tónica na formação. A eurodeputada social-democrata afirmou em plenário que o relatório apresentado “transforma a União Europeia numa Europa Social moderna e salienta as medidas concretas que é necessário implementar para impulsionar um desenvolvimento social sustentável. Apenas através da consolidação das finanças públicas e dos sistemas fiscais e a continuação da implementação das reformas estruturais poderemos preparar um futuro adequado para as gerações mais jovens. Precisamos, portanto, de continuar

o caminho da responsabilidade fiscal e de melhorar a nossa competitividade. Mas para que isto aconteça, necessitamos de estabilidade económica. Não podemos simplesmente cortar e por para o lixo as políticas desenvolvidas até aqui e desperdiçar o enorme esforço dos europeus, especialmente os que estavam sob assistência financeira”.

O relatório destaca ainda na necessidade de consolidar as finanças públicas e os sistemas fiscais, tendo em conta a frágil situação económica de muitos Estados-Membros. Para Sofia Ribeiro, “como temos visto nos últimos anos, a resiliência dos Estados-Membros à crise financeira está ligada à capacitação das respetivas finanças públicas, e os que têm os piores resultados são aqueles com economias mais instáveis e com défices maiores”.

Fortalecer o pilar social, dar maior atenção ao capital humano e implementar novos indicadores para combater o desemprego são algumas das propostas do relatório do Semestre Europeu, apresentado pela eurodeputada Sofia Ribeiro, para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego aprovado por larga maioria, na quinta-feira, 25 de fevereiro, em Plenário.

A eurodeputada do PSD, relatora do documento, afirmou que “os indicadores do emprego são os primeiros a cair quando as políticas não potenciam as empresas e isso é uma forma de controlar aquilo que se faz em Portugal”. Questionada sobre os efeitos no crescimento do processo do Semestre Europeu, a social-democrata declarou que “cabe aos governos dos Estados Membros alcançar a confiança dos investidores e dos cidadãos, pelo que não podemos fazer tábua-rasa de todas as políticas desenvolvidas até aqui, nem desperdiçar o esforço dos cidadãos europeus”.

Sofia Ribeiro acrescentou que “o atual governo apenas se tem limitado a reverter todas as políticas implementadas nos últimos quatro anos, esquecendo que em 2011 tivemos de recorrer à ajuda externa porque nos encontrávamos numa situação de pré-bancarrota, que nos conduziria a uma situação em que não poderíamos assegurar as mais básicas funções sociais do Estado. Quando recorremos a essas ajudas, tivemos de nos sujeitar às imposições dos credores, cujo impacto social foi devastador. Não obstante, foi feito um enorme esforço nacional para conseguir recuperar a confiança e a credibilidade do País, com vista ao desenvolvimento económico e social, que não podemos desbaratar se queremos evitar situações semelhantes no futuro.”

Recorde-se que o Semestre Europeu de 2016 foi lançado com a publicação da Análise Anual do Crescimento documento que confirma a estratégia da Comissão em matéria de crescimento e emprego, e assenta em três pilares fundamentais: relançar o investimento, prosseguir as reformas estruturais para modernizar as nossas economias e conduzir políticas orçamentais responsáveis.

Um orçamento da responsabilidade da esquerda

O líder parlamentar do PSD devolveu “em dobro” as acusações de radicalismo que o primeiro-ministro dirigiu aos sociais-democratas no primeiro dia do debate parlamentar sobre o Orçamento do Estado para 2016. Em declarações, no final do primeiro dia de debate em plenário, o deputado do PSD afirmou que “António Costa tem utilizado um discurso parlamentar muito pouco edificante do debate”, considerando que “a circunstância de não responder a perguntas e de estar permanentemente com esse tipo de sugestão não acrescenta nada ao esclarecimento” dos portugueses.

Para Luís Montenegro, “acusar o PSD de ter uma postura radical é de facto anedótico vindo de quem, como o doutor António Costa, se socorreu dos partidos da extrema-esquerda, que toda a vida combateu, só para ser primeiro-ministro e poder sobreviver como líder do PS”.

Luís Montenegro recordou ainda que o atual primeiro-ministro “acusou o seu antecessor” à frente do PS, António José Seguro, que se absteve no Orçamento do Estado de 2012, “de ter cometido aí um pecado original porque achava que o PS tinha de ter votado contra”.

De acordo com o deputado social-democrata, em 2012, estava em causa “um orçamento que era absolutamente condicionado pelo memorando de entendimento que o próprio PS tinha subscrito com o apoio do doutor António Costa numa fase de emergência nacional”. “Vindo de quem tem este currículo, as palavras do doutor António Costa têm muito pouco valor. Devolvo-lhas em dobro: em termos de radicalismo, ele ganha-me a mim e a qualquer deputado do PSD”, salientou Luís Montenegro.



no Governo, faz parte deste Governo, faz parte desta solução governativa. Este Orçamento do Estado é o vosso Orçamento do Estado”, atirou.

Carlos Abreu Amorim reiterou que o partido de Mariana Mortágua faz “parte desta solução, é parte integrante deste Governo, desta solução política tão frágil, deste barco que mete água por todos os lados e por isso não vale a pena continuar com este jogo de máscaras”, antecipando que “os portugueses saberão julgar o Bloco de Esquerda na primeira oportunidade”.

O deputado do PSD Miguel Santos questionou posteriormente o comunista, e acusou Paulo Sá de ter o “mesmo visual” há “alguns anos”, mas ter agora um conteúdo político “completamente diferente”. “O senhor deputado vai aprovar o Orçamento em contradição daquilo que afirma”, afirmou Miguel Santos, dirigindo-se a Paulo Sá.

Na discussão na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para a ciência, a deputada social-democrata Nilza de Sena lamentou haver um “certo malabarismo no orçamento para a ciência”, uma vez que a proposta de lei “veio abrandar o investimento na ciência”. Nilza de Sena criticou o que considerou ser um “orçamento hábil”, para “dar a ideia de haver mais ciência, quando não há”, apesar do “aumento generoso” do financiamento para a cooperação internacional e para as instituições científicas.

Por sua vez, o deputado Carlos Abreu Amorim pediu ao BE que pare de “fingir que dá cartões amarelos ilusórios ao Governo” porque este orçamento é também dos bloquistas, que acusaram os sociais-democratas de serem “oposição ao país”.

Numa interpelação, o deputado do PSD Carlos Abreu Amorim começou por referir “a diferença no tom” daquela que foi a intervenção inicial da porta-voz bloquista, Catarina Martins e foi perentório: “O Bloco de Esquerda não pode fingir que está com um pé dentro deste Orçamento do Estado e dentro desta solução governativa e está com outro pé noutro lado qualquer. Não é possível”. “O Bloco de Esquerda tem que parar com essa tentativa impossível de fingir que dá cartões amarelos ilusórios ao Governo. O Bloco de Esquerda, esteja ou não esteja formalmente representado



Produtos agrícolas açorianos em todos os hipermercados poderia atenuar o “esmagamento de preços”

O presidente do PSD/Açores defende a adoção de medidas “imediatas” junto dos hipermercados e dos distribuidores, “para o escoamento dos ‘stocks’ existentes de produtos açorianos, pois só assim sairemos do ciclo de esmagamento de preços a que os Açores estão submetidos. Temos de ter produtos agrícolas regionais em todos os hipermercados do país”, adiantou. O líder social-democrata falava num encontro com agricultores da ilha Terceira, onde considerou urgente “que se negocie com os hipermercados, com a distribuição em Portugal e no estrangeiro”, referindo que é também necessária a criação “de novos produtos, que possam abranger novos mercados, e que conduzam a mais-valias para os produtores da região”, afirmou.

Duarte Freitas revelou que pretende ver as associações agrícolas como “parceiras” de um governo regional liderado por si, de forma a “aliviar os serviços oficiais, que poderão ter funções renovadas”. “Comigo como presidente do governo, podem contar com programas e projetos efetivos de proximidade com a lavoura, para que as organizações agrícolas tenham capacidade de prestar serviços efetivos aos agricultores, desburocratizando ações, e fazendo delas aliados dos lavradores”, frisou.

Sobre a atualidade do setor, o líder social-democrata lembrou que foi, “enquanto eurodeputado, colega do atual ministro da agricultura, Capoulas Santos”, tendo mantido com ele “diversas lutas, uma vez que Capoulas Santos era conivente com então ministro Jaime Silva, e com o que foi feito para acabar com o sistema de quotas leiteiras”. “As pessoas podem já não se lembrar, mas fiz várias propostas no sentido contrário, alertando para as consequências negativas que esse fim teria para Portugal e para os Açores. Capoulas Santos defendeu então Jaime Silva, ministro de José Sócrates, e possivelmente o pior ministro da agricultura



da nossa história”, afirmou Duarte Freitas.

Declarando-se como “um homem da lavoura”, Duarte Freitas mostrou-se “muito satisfeito” por poder pensar o setor junto das pessoas “que trabalham no campo, que conhecem as dificuldades e que podem apontar soluções”, adiantou.

Por seu turno, Sofia Ribeiro deixou uma palavra de apreço “pelos contributos que a lavoura açoriana vai dando para o trabalho que desenvolvemos em Bruxelas”, e que se vai

traduzindo “na criação de propostas, que o PSD/Açores já está a aproveitar, e que visam essencialmente a valorização e a promoção dos produtos agrícolas da região”.

A eurodeputada defendeu “um fortalecimento real de toda a cadeia do leite”, lembrando ter sido “a primeira pessoa nos Açores a reunir toda a fileira do leite numa mesma mesa”, pois só “muito unidos poderemos combater um lóbi que está instalado na distribuição e que desvaloriza o nosso setor leiteiro no exterior”.

Iniciativa do PSD/Açores reafirma compromisso no projeto europeu



O PSD/Açores viu aprovado um projeto de resolução para que o plenário açoriano reafirmasse, “com clareza, os compromissos internacionais e europeus de Portugal e dos Açores”, colocando a confiança como “ativo fundamental que temos de preservar para assegurar a estabilidade e o crescimento da economia açoriana”, referiu o deputado António Marinho.

O social-democrata alertou para o perigo de, em Portugal, “se poderem viver pontos de incerteza, que se levantaram noutros países quanto ao seu compromisso político, estratégico e institucional face ao projeto da União Europeia, gerando consequências muito negativas para os seus cidadãos”, disse.

António Marinho adiantou que, nos Açores, “deve ser claro o posicionamento face às instâncias europeias, nomeadamente em relação às regras e princípios em que assenta o projeto da UE do euro”. “Mais ainda, quando, depois das recentes eleições legislativas nacionais, o país é governado por uma coligação formada numa base negativa. É preciso atentar ao que essa realidade pode fazer ao país”, frisou António Marinho.

O social-democrata lembrou aliás que os deputados do PS/Açores e o Governo Regional, que “passaram quatro anos a dizer que aquilo que se fazia no país podia afetar a Região”, tentam agora “desvalorizar esse facto, o que só reforça os princípios deste compromisso que apresentamos”, considerou.

Esta iniciativa visou igualmente “reafirmar um grupo de considerações do posicionamento dos Açores e de Portugal face à UE, como a participação plena na União Económica e Monetária, a vinculação ao Tratado Orçamental ou a implementação plena da União Bancária”. São igualmente consideradas “a reafirmação do compromisso com o pacto de Estabilidade e Crescimento, rejeitando liminarmente qualquer proposta de reestruturação unilateral das dívidas públicas nacionais dos Estados membros da UE”, sublinhou António Marinho.

O líder da bancada do PSD/Açores alertou que “é preciso que Portugal e os Açores saibam ao que vão. De modo a que não se corra o risco de voltarmos à situação de bancarrota vivida pelo país em 2011”.

Reabilitação da Escola Básica e Secundária das Flores é urgente

O PSD/Açores considera urgente a intervenção na Escola Básica e Secundária (EBS) das Flores, dado “o avançado estado de degradação que aquele estabelecimento de ensino apresenta, sendo clara a necessidade de nele se realizarem as obras de reabilitação já prometidas pelo Governo regional”, alertou o deputado Bruno Belo.

O social-democrata pediu à tutela um conjunto de informações, lembrando que o comunicado do conselho de governo de 22 de julho de 2015 “deliberou dar início ao processo de conservação da EBS das Flores, não apontando, no entanto, um período de tempo para o fazer”.

Bruno Belo quer saber, “de forma detalhada, quais são as obras de reabilitação a efetuar no estabelecimento de ensino, bem como o valor orçamentado para o efeito. “Pretendemos ainda que seja avançada uma data para o início do processo de conservação da escola”, explicou.

O deputado do PSD/Açores alerta que, em várias zonas do edifício, “são visíveis as infiltrações, designadamente na ala onde funciona o primeiro ciclo. Para além de que a cobertura da escola ainda é de fibrocimento, contendo amianto, pelo que tem de ser removida e substituída o quanto antes”, refere.

Segundo Bruno Belo, o atual estado de degradação das instalações “não proporciona as condições de conforto e de segurança necessárias a todos quantos delas usufruem”, aponta. “Nesse espaço de tempo não foram tomadas medidas para começar as referidas obras de conservação, ou seja o governo está a faltar claramente ao seu compromisso”, destacou.





Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo



Imagens obtidas
na festa comício
do 13.º aniversário
do Partido
realizado no Porto
no passado dia 9

(Pág. 2)

Edição n.º 658 do "Povo Livre", de 13 de maio de 1987. Manchete: "O PSD está a crescer". Vítor Crespo era o diretor do "Povo Livre".



CPLP, 20 anos de amizade

José Matos Rosa (*)

«Nenhum de nós é estrangeiro perante outro». Recordo as palavras do professor Aníbal Cavaco Silva sobre a CPLP, em 2012, agora que se assinalam os 20 anos da criação da comunidade.

Há 20 anos que a CPLP une um conjunto de nações que, embora não sejam geograficamente contíguas, têm a aproximá-las a língua portuguesa - a sexta mais falada em todo o mundo.

Se a língua foi o mote inicial para a união destes países, a verdade é que outros propósitos estiveram na génese da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e mantiveram-se no caminho que percorreu nestas duas décadas: objetivos políticos, de apoio ao desenvolvimento social, de cooperação empresarial, de erradicação da pobreza, de combate às fragilidades de cada Estado-membro, de partilha de conhecimento e recursos com vista à construção de uma comunidade mais forte, mais coesa e mais próspera.

Neste aniversário da CPLP, não posso deixar de rever nela a universalidade, a pluralidade e a valorização da lusofonia que tão bem conhecemos no PSD. Conhecemos estes valores porque também os defendemos desde a nossa origem, e até antes! Reencontro na CPLP o mesmo espírito de família e pertença que tão bem conheço como secretário-geral dos sociais-democratas.

Não é apenas o passado e a afinidade linguística e cultural que une os países da CPLP. Sabemos que podemos contribuir para mudar o mundo. E que outro propósito tem a atividade política se não o de melhorar a vida das pessoas? Todos os Estados têm um contributo fundamental para enriquecer a comunidade.

Alinhada com a meta das Nações Unidas, a CPLP definiu como objetivo prioritário para este ano a erradicação do trabalho infantil até 2025. Portugal, como único dos nove membros praticamente sem registos de trabalho infantil, poderá liderar o debate sobre boas práticas nesta área, no espírito de diálogo, entajuda e cooperação que está na raiz da comunidade. Atuar sobre as questões sociais aproxima-nos da consolidação das democracias de língua portuguesa. Esta é, afinal, uma das premissas da CPLP. E foi a pensar nela que a comunidade dedicou os seus primeiros anos à formação do projeto político comum a todos os Estados-membros. As questões da paz e da segurança individuais e internacionais também estiveram presentes. Seguiram-se as oportunidades de crescimento económico e empresarial, a par da valorização do património cultural, e a as marcas de modernidade trazidas pelas tecnologias de informação.

A cooperação não se manteve no interior da comunidade mas ultrapassou a sua fronteira intangível. Da mesma forma que o projeto político ganhou dimensão pela afirmação da relevância individual e coletiva dos países, a CPLP enquanto plataforma internacional estreitou os seus laços com outras organizações.

Com a União Europeia, pela mão de Durão Barroso, foram vários os momentos de proximidade entre os países da lusofonia, sobretudo as nações africanas que integram a CPLP.

Caminhamos todos os dias no sentido da melhoria das democracias. Hoje, não posso deixar de destacar a vitalidade do projeto da CPLP e a dedicação na resposta aos desafios que se lhe apresentam, os novos e os de sempre. Porque é de futuro que falamos por ocasião do 20.º aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Como disse Pedro Passos Coelho, quando representou Portugal na X Cimeira da comunidade, em Díli, em 2014, a CPLP deve estar voltada para o futuro. Um futuro em que a língua continua a ser o património comum e os laços de amizade uma das nossas maiores riquezas. Um futuro em que nenhum de nós é estrangeiro perante o outro.

(*) Secretário-Geral do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 04 de Março de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações
 - 2 - Apreciação e votação do plano de actividades para 2016
 - 3.- Apreciação e votação do orçamento da CPS para 2016
 - 4 - Análise da situação política local e nacional
 - 5 - Outros assuntos

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 08 de Março de 2016 (terça-feira), pelas 20h30, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Análise da situação política actual
 - 2 - Estratégia de futuro
 - 3.- Outros assuntos de eventual

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Lagos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Março de 2016 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48 - 50, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Costa d'Ouro ... Património ambiental; a sua relevância e impacto no desenvolvimento do concelho
 - 2 - Análise da situação política (local, regional e nacional)
 - 3.- Discussão e votação - contas de gerência da secção do ano de 2015

PORTO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 07 de Março de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30, no Hotel Crowe Plaza Porto, sito na Av. da Boavista, 1466 - Porto, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações gerais
 - 2 - Apresentação e ratificação das contas do Partido

ao nível do Distrito - ano 2015, cf. Artº 39º, nº2, al. c) dos estatutos do PSD

- 3.- 36º Congresso Nacional do PSD
- 4 - Análise da situação política

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Rio Tinto - Gondomar para reunir no próximo dia 08 de Abril de 2016, (sexta-feira) pelas 20h30 na sede sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 - Gondomar, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Rio Tinto
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção de Gondomar, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela, para reunir no próximo dia 11 de Março de 2016 (sábado), pelas 19h00, no Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, 49 - 2º Dtº, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Apresentação de contas do ano de 2015 e orçamento de 2016
 - 2 - Outros assuntos

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 12 de Março de 2016, pelas 15h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos.

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhia da JSD de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 8 de Abril, sexta-feira, pelas 21 horas, na Sede da JSD de Arruda dos Vinhos, sita na Avenida Timor Lorosae, número 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Arruda dos Vinhos

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como do termo de subscrição. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21-23h.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Arcos de Valdevez para reunir no próximo dia 26 de Março pelas 16:00h na sede do PSD de Arcos de Valdevez, sita no C.C. Norte Vez Rua Nunes de Azevedo - Cave, Arcos de Valdevez 4970 - 461, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise política nacional com base no último acto eleitoral legislativo e cenário actual.
- 2 - Análise política regional e local, partindo do acto eleitoral para os órgãos do PSD Alto Minho, em Fevereiro deste mesmo ano.
- 3 - Apresentação e debate do plano de actividades para o corrente ano de 2016 da JSD Arcos de Valdevez
- 4 - Outros assuntos.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD Almada a reunir no próximo dia 26 de Março de 2016, pelas 21:00, na sede concelhia do PSD Almada sita na Rua da Liberdade nº 38-A, Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Discussão e Votação do Relatório de Contas referente ao ano de 2015;
- 3- Discussão e Votação do Orçamento para o ano de 2016;
- 4- Discussão do tema: Acessibilidades e Comércio Local.
- 4- Análise da Situação Política Local e Nacional.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Odivelas para reunir no próximo dia 2 de Abril de 2016, sábado, pelas 17h00, na sede da JSD de Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20-A, 2675-323 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Odivelas.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.

As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 21h00.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária no dia 12 de Março de 2016 (sábado), pelas 21horas, na Sede do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política nacional e local;
- 3 - Outros Assuntos.

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da Assembleia de Concelhia de Arganil, para reunir no próximo dia 8 de Abril de 2016, Sexta-feira, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Arganil, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos, n.º 3 - 2.º Direito, em Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa Distrital, ou a quem o possa estatutariamente o substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.



RATEIO XXIV CONGRESSO NACIONAL JSD

Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir	Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir
AÇORES			BEJA		
	Ponta Delgada	4		Beja	1
	Ribeira Grande	5		Odemira	0
	Angra do Heroísmo	3		Ourique	0
	Lajes do Pico	3		Moura	0
	Lagoa (São Miguel)	2		Almodôvar	0
	Madalena do Pico	2		Serpa	0
	Santa Cruz da Graciosa	2		Alvito	0
	Vila Franca do Campo	2		Castro Verde	0
	Horta	2		SUBTOTAL BEJA	1
	Vila Praia da Vitória	1			
	Calheta (Açores)	1	Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir
	Vila do Porto	1	BRAGA		
	Nordeste	1		Vila Nova de Famalicão	11
	São Roque do Pico	1		Braga	12
	Povoação	1		Barcelos	10
	Velas	0		Vila Verde	8
	Santa Cruz das Flores	0		Guimarães	8
	Corvo	0		Póvoa de Lanhoso	7
	Lajes das Flores	0		Celorico de Basto	3
	SUBTOTAL AÇORES	31		Amares	2
				Esposende	2
Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir		Cabeceiras de Basto	2
AVEIRO				Fafe	2
	Santa Maria da Feira	7		Vieira do Minho	1
	São João da Madeira	5		Vizela	1
	Aveiro	3		Terras de Bouro	0
	Ovar	3		SUBTOTAL BRAGA	69
	Espinho	4	Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir
	Oliveira de Azeméis	3	BRAGANÇA		
	Anadia	3		Bragança	5
	Arouca	3		Mirandela	3
	Oliveira do Bairro	3		Mogadouro	2
	Mealhada	3		Miranda do Douro	1
	Vagos	2		Vinhais	1
	Castelo de Paiva	2		Carraceda de Ansiães	1
	Albergaria-a-Velha	2		Macedo de Cavaleiros	1
	Ílhavo	1		Torre de Moncorvo	1
	Estarreja	2		Alfândega da Fé	1
	Águeda	1		Vimioso	0
	Murtosa	1		Vila Flor	0
	Vale de Cambra	1		Freixo de Espada à Cinta	0
	Sever do Vouga	1		SUBTOTAL BRAGANÇA	16
	SUBTOTAL AVEIRO	50			

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

CASTELO BRANCO

Castelo Branco	2
Covilhã	2
Sertã	1
Vila de Rei	1
Fundão	1
Penamacor	1
Oleiros	1
Proença-a-Nova	0
Idanha-a-Nova	0
Belmonte	0
SUBTOTAL CASTELO BRANCO	9

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

COIMBRA

Coimbra	12
Figueira da Foz	3
Montemor-o-Velho	2
Miranda do Corvo	2
Arganil	2
Soure	2
Oliveira do Hospital	1
Mira	1
Penacova	1
Lousã	1
Cantanhede	1
Pampilhosa da Serra	1
Condeixa-a-Nova	1
Tábua	0
Vila Nova de Poiares	0
Penela	0
Góis	0
SUBTOTAL COIMBRA	30

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

EUROPA

Lyon	0
Alemanha	0
Suiça	0
SUBTOTAL EUROPA	0

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

ÉVORA

Évora	2
Vendas Novas	1
Vila Viçosa	1
Estremoz	0
Montemor-o-Novo	0
Reguengos de Monsaraz	0
Viana do Alentejo	0
Mora	0
Mourão	0
Arraiolos	0
SUBTOTAL ÉVORA	4

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

FARO

Loulé	3
Portimão	2
Faro	1
Vila Real Santo António	1

Olhão	1
Tavira	1
Lagos	1
Albufeira	0
Silves	0
Lagoa	0
Monchique	0
Alcoutim	0
Aljezur	0
São Brás de Alportel	0
Vila do Bispo	0
SUBTOTAL FARO	10

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

FORA DA EUROPA

Macau	0
Curitiba	0
Toronto	0
U.S.A.	0
SUBTOTAL FORA DA EUROPA	0

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

GUARDA

Pinhel	2
Guarda	2
Trancoso	2
Fornos de Algodres	1
Celorico da Beira	1
Figueira Castelo Rodrigo	1
Meda	1
Aguiar da Beira	1
Seia	1
Manteigas	1
Vila Nova de Foz Côa	1
Almeida	0
Gouveia	0
Sabugal	0
SUBTOTAL GUARDA	14

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

LEIRIA

Caldas da Rainha	6
Pombal	8
Leiria	4
Alcobaça	2
Ansião	3
Alvaiázere	2
Batalha	1
Porto de Mós	1
Bombarral	1
Pedrógão Grande	1
Peniche	1
Óbidos	0
Marinha Grande	1
Figueiró dos Vinhos	0
Nazaré	0
Castanheira de Pêra	0
SUBTOTAL LEIRIA	31

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

LISBOA AM

Lisboa	24
Sintra	8
Cascais	8
Oeiras	8
Loures	6
Odivelas	6
Amadora	4
Mafra	2
Vila Franca de Xira	2
Azambuja	1
SUBTOTAL LISBOA AM	69

Vila Nova de Gaia	6
Trofa	6
Maia	5
Paredes	5
Matosinhos	4
Felgueiras	4
Gondomar	3
Valongo	3
Amarante	3
Póvoa de Varzim	2
Santo Tirso	2
Paços de Ferreira	2
Baião	1
SUBTOTAL PORTO	104

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

LISBOA AO

Torres Vedras	2
Arruda dos Vinhos	2
Lourinhã	1
Cadaval	1
Alenquer	1
Sobral de Monte Agraço	0
SUBTOTAL LISBOA AO	7

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

MADEIRA

Funchal	9
Ribeira Brava	3
Santa Cruz	3
Câmara de Lobos	3
Machico	3
Ponta do Sol	2
Calheta	2
Santana	2
São Vicente	2
Porto Santo	1
Porto Moniz	1
SUBTOTAL MADEIRA	31

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

PORTALEGRE

Castelo de Vide	1
Alter do Chão	1
Portalegre	1
Sousel	1
Nisa	0
Elvas	0
Ponte de Sor	0
Arronches	0
Campo Maior	0
Fronteira	0
Gavião	0
Avis	0
Marvão	0
Crato	0
SUBTOTAL PORTALEGRE	4

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

PORTO

Penafiel	15
Porto	12
Vila do Conde	12
Lousada	13
Marco de Canaveses	6

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

SANTARÉM

Santarém	9
Ourém	5
Benavente	5
Rio Maior	4
Tomar	3
Almeirim	4
Cartaxo	2
Golegã	3
Ferreira do Zêzere	2
Abrantes	2
Torres Novas	2
Mação	1
Entroncamento	1
Coruche	1
Chamusca	1
Sardoal	1
Salvaterra de Magos	0
Alcanena	1
Vila Nova da Barquinha	1
Constância	0
SUBTOTAL SANTARÉM	48

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

SETÚBAL

Seixal	3
Almada	3
Montijo	2
Moita	1
Setúbal	1
Barreiro	1
Alcochete	1
Sesimbra	1
Palmela	0
Santiago do Cacém	0
Grândola	0
Sines	0
SUBTOTAL SETÚBAL	13

Distrito Concelhia Delegados a Atribuir

VIANA DO CASTELO

Arcos de Valdevez	5
Viana do Castelo	4
Ponte da Barca	2
Ponte de Lima	2
Monção	1
Caminha	1
Valença	1
Melgaço	0

Paredes de Coura	0
Vila Nova de Cerveira	0
SUBTOTAL VIANA DO CASTELO	16

Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir
----------	-----------	----------------------

VILA REAL

Vila Real	5
Peso da Régua	3
Boticas	2
Vila Pouca de Aguiar	2
Chaves	2
Alijó	1
Valpaços	1
Santa Marta de Penaguião	1
Murça	0
Mondim de Basto	0
Ribeira de Pena	0
Sabrosa	0
Mesão Frio	0
Montalegre	0
SUBTOTAL VILA REAL	17

Distrito	Concelhia	Delegados a Atribuir
----------	-----------	----------------------

UISEU

Viseu	5
Tondela	2
Carregal do Sal	2
Armamar	2
Resende	2
Tarouca	2
Lamego	1
São João da Pesqueira	1
Santa Comba Dão	1
Sernancelhe	1
São Pedro do Sul	1
Oliveira de Frades	1
Vouzela	1
Mangualde	1
Cinfães	1
Castro Daire	1
Mortágua	1
Sátão	0
Moimenta da Beira	0
Nelas	0
Penalva do Castelo	0
SUBTOTAL VISEU	26
TOTAL	600

CRONOGRAMA XXIV CONGRESSO NACIONAL JSD

Conselho Nacional Extraordinário para marcação do XXIV Congresso Nacional da JSD e respetivos procedimentos regulamentares – Regulamento, rateio e cronograma

Publicação do Regulamento, rateio e cronograma do XXIV Congresso Nacional da JSD no “Povo Livre”

Prazo limite para a entrega das convocatórias para a eleição dos Delegados

Publicação das convocatórias para a eleição dos Delegados no “Povo Livre”

Eleição dos Delegados ao XXIV Congresso da JSD

Prazo limite para a entrega das atas eleitorais e para a inscrição dos Delegados, Participantes e Observadores

Prazo limite para a entrega das Propostas Políticas Sectoriais

Redistribuição de Delegados em falta (site do XXIV Congresso)

Publicação da lista provisória de delegados (site do XXIV Congresso)

Publicação das Propostas Políticas Sectoriais (site do XXIV Congresso)

Prazo final para reclamação ao CJN de qualquer omissão ou incorreção nas listas de Delegados

Publicação da lista de Delegados no “Povo Livre”

XXIV Congresso Nacional da JSD

28 de fevereiro

2 de março

4 de março até às 18h00

9 de março

8 de abril

14 de abril até às 18H00

16 de abril até às 18h00

17 de abril

19 de abril

19 de abril

22 de abril

27 de abril

29 e 30 de abril e 1 de maio

REGULAMENTO DO XXIV CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA

Artigo 1º (Local e data)

O XXIV Congresso Nacional da JSD reunirá nos dias 29 e 30 abril e 1 de maio de 2016, no distrito de Leiria.

Artigo 2º (Ordem de Trabalhos)

1. A ordem de trabalhos do Congresso será a seguinte:
 - a. Abertura;
 - b. Apreciação do relatório de atividades da Comissão Política Nacional (CPN) para o mandato 2014-2016;
 - c. Apresentação e discussão das moções de estratégia global e das propostas políticas sectoriais para o mandato 2016-2018;
 - d. Eleição dos Órgãos nacionais da JSD e aprovação da moção de estratégia global;
 - e. Encerramento.
2. A ordem de trabalhos só poderá ser alterada nos termos previstos no presente regulamento.

Artigo 3º (Organização)

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 31.º dos estatutos nacionais da JSD (ENJSD), a organização do congresso será assegurada por uma comissão Organizadora (COC), composta por:
 - a. Diretor Administrativo e Financeiro da JSD, que presidirá;
 - b. Seis outros militantes, a designar pela CPN.
2. Para além das tarefas que lhe forem especialmente confiadas pelo presente regulamento, competirá à comissão organizadora praticar todos os atos necessários à realização do congresso, com exceção dos que sejam da competência, nomeadamente da secretária-geral da JSD e da presidente da Mesa do congresso nacional da JSD.
3. As deliberações da comissão organizadora serão tomadas pela maioria dos seus membros.
4. De todos os atos da comissão organizadora caberá recurso a interpor ao conselho de jurisdição nacional da JSD.
5. Em qualquer altura a Mesa do Congresso nacional poderá solicitar apoio à comissão organizadora.
6. Todos os procedimentos e informações referentes à organização do XXIV Congresso Nacional são públicos e encontram-se disponíveis através do endereço <http://congresso.jsd.pt/>.

Artigo 4º (Delegados ao Congresso)

1. Serão eleitos 600 Delegados ao Congresso nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30º dos Estatutos Nacionais da JSD, que deverão ser militantes inscritos na JSD há pelo menos seis meses.
2. São ainda delegados ao Congresso com direito a voto, os membros em efetivo e regular exercício de funções nos Órgãos previstos nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 30º dos ENJSD, nomeadamente:
 - a. Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais em funções ou quem os represente;
 - b. O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Nacional.

Artigo 5º (Participantes)

1. Participam no Congresso sem direito de voto, sendo Participantes, os membros em efetivo e regular exercício de funções nos Órgãos previstos no número 2 do artigo 30º dos ENJSD, nomeadamente:
 - a) A Mesa do Congresso Nacional;
 - b) Os restantes membros da Comissão Política Nacional;
 - c) Os membros do Conselho Nacional;
 - d) Os Deputados da JSD à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu;
 - e) O Conselho de Jurisdição Nacional;

- f) A Comissão Eleitoral Independente;
- g) O Diretor Administrativo e Financeiro;
- h) O Coordenador Nacional do Ensino Superior;
- i) O Coordenador Nacional do Ensino Básico e Secundário;
- j) O Coordenador Nacional dos Jovens Autarcas Social Democratas;
- k) Os Presidentes das Associações de Estudantes do Ensino Secundário, das Associações de Estudantes do Ensino Superior, e os Presidentes das Associações Juvenis de âmbito nacional, que sejam militantes da JSD, nos termos a definir pelo Regulamento aprovado pelo Conselho Nacional.

Artigo 6º (Rateio de Delegados)

1. Os 600 Delegados a eleger pelas Concelhias serão rateados nos termos da alínea a) número 1 do artigo 30º dos Estatutos Nacionais da JSD, de acordo com o Anexo I ao presente regulamento de que faz parte integrante.
2. Assegurar-se-á a representatividade mínima de um delegado por cada concelhia que tenha, no mínimo, 15 militantes à data do Conselho Nacional que aprova o presente regulamento.

Artigo 7º (Eleição dos Delegados ao Congresso)

1. Os delegados a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 30º dos ENJSD são eleitos em lista fechada por sistema proporcional e método de hondt nos plenários concelhios, nos termos do disposto nos ENJSD e no regulamento eleitoral da JSD.
2. As listas devem ser compostas por um número mínimo de candidatos efetivos igual ao número de delegados a eleger e devem incluir suplentes em número equivalente a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efetivos e não podendo exceder o número total dos candidatos efetivos.
3. As convocatórias para as eleições de delegados de cada concelhia deverão ser assinadas pela presidente da Mesa em funções e recebidas na sede nacional da JSD, até ao limite do prazo indicado no cronograma que consta do Anexo II ao presente Regulamento, por uma das seguintes formas (devendo o remetente assegurar comprovativo de receção):
 - 1 Presencialmente;
 - 2 Para o fax número 210 307 109;
 - 3 Para o e-mail para jsdnacional@gmail.com
 4. As listas candidatas deverão ser propostas nos termos previstos do artigo 99º dos Estatutos Nacionais da JSD.

Artigo 8º (Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respetiva ordem.
2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efetuadas durante o prazo previsto para estas.
3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 2 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos por membros da lista do Órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artigo 9º (Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso na data da inscrição.
2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artigo 10º (Redistribuição de Delegados em Falta)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja ata de eleição não houver sido recebida na sede nacional da JSD, ou cuja inscrição não houver sido realizada,

até ao limite dos respetivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo II ao presente Regulamento.

2. Findo o prazo para entrega das atas das eleições ou para inscrição dos delegados, a Comissão Organizadora deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o rateio referido no artigo 6º do presente regulamento.

3. Nas concelhias que receberem delegados redistribuído, será delegado o membro efetivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respetivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de delegados após a redistribuição.

4. A redistribuição dos delegados prevista neste artigo será publicada no site do congresso até 17 de abril, 3 dias após o prazo para entrega das atas das eleições e para realização da inscrição dos delegados.

Artigo 11º (Inscrição)

1. Todos os delegados e participantes ao congresso devem obrigatoriamente inscrever-se através do formulário disponível para o efeito no site do XXIV congresso nacional da JSD na internet, até às 18 horas do dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente Regulamento, devendo remeter a inscrição para a sede nacional através de um dos seguintes modos descritos:

- Presencialmente;
 - Por correio para o endereço Rua de Buenos Aires, n.º 28, 1º andar – 1200-625 Lisboa;
 - Para o fax número 210 307 109;
 - Para o e-mail jsdnacional@gmail.com
2. A inscrição dos delegados e participantes será acompanhada obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição no valor de 60 €.
3. O não pagamento da taxa de inscrição prevista no número anterior implica a recusa automática da inscrição do delegado.

4. A inscrição dos delegados e participantes ao congresso é feita pelos próprios, diretamente ou por intermédio das comissões políticas concelhias, distritais e regionais junto do secretariado nacional na sede nacional da JSD.

Artigo 12º (Delegação de Poderes)

1. Os delegados representantes de concelhias ou Órgãos das Regiões Autónomas podem delegar os seus poderes em qualquer outro delegado representante da mesma Região Autónoma.

2. As delegações previstas no número anterior devem ser feitas por escrito e comunicadas à Mesa do congresso nacional da JSD, até ao início dos trabalhos do congresso.

3. Cada Delegado poderá somente ser detentor de 3 votos delegados.

Artigo 13º (Observadores)

1. Poderão assistir ao XXIV congresso nacional da JSD, na qualidade de observadores, os militantes da JSD, num limite máximo de 600 observadores.

2. Cada concelhia terá um número de observadores igual ao número de delegados eleitos nos termos do n.º 1 do artigo 4º do presente regulamento.

3. Os observadores não inscritos serão redistribuídos pelas comissões políticas distritais de origem dos referidos observadores.

4. A inscrição dos observadores é feita junto do secretariado nacional na sede nacional da JSD devendo remeter a inscrição para a sede nacional, até à data prevista no Cronograma em anexo, através do formulário disponível para o efeito no site do XXIV congresso nacional da JSD na internet, acompanhado obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição no valor de 60 € através de um dos seguintes modos descritos:

- Presencialmente;
 - Por correio para o endereço Rua de Buenos Aires, n.º 28, 1º andar – 1200-625 Lisboa;
 - Para o fax número 210 307 109;
 - Para o e-mail jsdnacional@gmail.com
5. O não pagamento da taxa de inscrição, prevista no número anterior determina a recusa automática da inscrição.

6. A inscrição dos observadores será feita pelos próprios ou por intermédio das respetivas comissões políticas concelhias, distritais ou regionais junto do secretariado nacional na sede nacional da JSD.

7. Serão ainda observadores os militantes convidados pelos Órgãos Nacionais da JSD, membros e militantes honorários da JSD.

Artigo 14º (Lista dos Delegados)

1. A lista dos delegados será divulgada no site do congresso e no “Povo Livre” do XXIV congresso da JSD, no dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente regulamento.

2. Qualquer militante pode recorrer da lista até às 18 horas do dia previsto no cronograma que consta do Anexo II ao presente regulamento.

3. As impugnações a que se refere o número anterior devem ser interpostas perante o CJN, que decidirá até ao início dos trabalhos do XXIV congresso nacional da JSD.

Artigo 15º (Moções de Estratégia Global)

1. As propostas de moção de estratégia global são subscritas por candidatos a presidente da Comissão Política Nacional, devendo ser entregues até ao final do prazo previsto para entrega de candidaturas à CPN.

2. Considera-se aprovada a moção de estratégia global subscrita pelo candidato mais votado a Presidente da Comissão Política Nacional.

Artigo 16º (Propostas Políticas Sectoriais)

1. As propostas políticas sectoriais dizem respeito a temas específicos, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo.

2. Uma proposta política sectorial pode ser subscrita por:

- uma comissão política distrital ou regional;
- por trinta delegados ao congresso.

3. As propostas políticas sectoriais são apresentadas, discutidas e votadas no plenário do congresso.

Artigo 17º (Listas Candidatas aos Órgãos Nacionais)

1. As listas candidatas aos Órgãos nacionais deverão ser entregues na Mesa do congresso nacional até ao fim dos trabalhos do primeiro dia do Congresso.

2. Cada lista é subscrita por pelo menos 50 delegados que não a integrem, devendo um dos delegados ser indicado como primeiro subscritor.

3. São recusados pela Mesa do congresso as listas que não obedeçam aos requisitos fixados pelos ENJSD ou pelo presente regulamento ou que não venham acompanhados de declaração de aceitação de candidatura de todos os seus elementos, efetivos e suplentes.

4. As listas candidatas à CPN deverão conter os nomes dos candidatos, bem como as designações do candidato a Presidente da CPN, dos candidatos a Vice-Presidentes da CPN, do candidato a Secretário-Geral da CPN, dos candidatos a Vogais da CPN e um mínimo de 5 suplentes e respetivos nº de militante.

5. As listas candidatas ao Conselho Nacional deverão conter 55 elementos efetivos e um mínimo de 14 suplentes até um máximo de 55, todos indicados de acordo com a ordem de eleição.

6. As listas candidatas ao CJN deverão conter 8 elementos efetivos e 3 suplentes devidamente ordenados, designando o candidato a Presidente.

7. As Listas candidatas à CEI deverão ter 5 elementos efetivos e dois elementos suplentes, designando o candidato a Presidente.

8. As Listas candidatas à Mesa do Congresso Nacional da JSD deverão conter 5 elementos efetivos e dois elementos suplentes, designando os candidatos a Presidente, Vice-Presidentes e Secretários.

9. Nenhum militante pode integrar mais do que uma lista candidata ao mesmo órgão.

10. As listas são afixadas durante o 2º dia do Congresso Nacional da JSD, após confirmação por parte da Mesa do Congresso Nacional da regularidade dos processos.

11. Qualquer lista poderá ser retirada a todo o momento, mediante a entrega na Mesa do Congresso de um pedido nesse sentido subscrito pelo primeiro subscritor e pelo primeiro membro da lista candidata ou pelo candidato a Presidente do Órgão, consoante os casos.

Artigo 18º (Mesa do Congresso)

1. Compete à Mesa do Congresso, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e pelo regulamento, declarar a abertura e o encerramento do Congresso, dirigir os trabalhos e receber todas as propostas que devem ser discutidas e votadas em Congresso.

2. Das deliberações da Mesa do Congresso cabe recurso com fundamento em violação de qualquer norma legal, estatutária ou regulamentar a interpor perante o CJN.

3. Das deliberações da Mesa do Congresso tomadas no decorrer dos trabalhos cabe recurso com fundamento em inconveniência ou demérito para o Congresso.

4. As deliberações da Mesa serão tomadas pela maioria dos membros.

Artigo 19º (Poderes dos Delegados)

Constituem poderes dos delegados ao XXIV Congresso Nacional da JSD:

- Usar da palavra, observando as disposições deste regulamento;
- Participar nas votações;
- Apresentar reclamações;
- Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos.

Artigo 20º (Uso da palavra)

A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

- A Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo.
- Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais e Distritais dispõem de 15 minutos.

- c. O 1.º subscritor das Moções de Estratégia Global dispõe de 30 minutos.
- d. O 1.º subscritor de cada proposta política sectorial dispõe de 5 minutos.
- e. Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos.
- f. A palavra para esclarecimento limitar-se-á à formação sintética da pergunta e respetiva resposta por um período não superior a 1 minuto.
- g. A palavra para perguntas à Mesa e para reclamações (dirigidas necessariamente à Mesa) será concedida por um período não superior a 1 minuto.

Artigo 21º

(Quórum, Votações e Eleições)

1. O Congresso só poderá deliberar estando presente mais de metade dos seus membros em efetividade de funções.
2. Todas as votações serão públicas, salvo as que se referem a eleições, as quais deverão ser fiscalizadas por delegados das listas concorrentes.
3. Serão consideradas aprovadas as propostas que reúnam a seu favor mais de metade de votos expressos, excluindo os votos brancos e nulos.
4. Será eleita, para a Comissão Política Nacional e Mesa do Congresso a lista candidata que obtiver maior número de votos.
5. As eleições para o Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Eleitoral Independente serão realizadas por sistema proporcional e método de hondt.

Artigo 22º

(Ratificação do Regulamento pelo Congresso)

1. O Congresso tem poderes para ratificar o presente regulamento nos termos estabelecidos neste artigo e em tudo o que diga respeito ao seu funcionamento.
2. Serão considerados ratificados todos os artigos, números ou alíneas em relação aos quais não seja depositada na Mesa do Congresso, no prazo de 15 minutos a contar da abertura do Congresso um requerimento de sujeição e ratificação assinados por 50 Congressistas e contendo o texto posto em alternativa.
3. O requerimento a que se refere o número anterior será obrigatoriamente aceite pela Mesa, desde que obedeça aos requisitos aí fixados.
4. O primeiro subscritor do requerimento ou quem este indicar terá dois minutos para justificar o texto alternativo face ao texto do Regulamento aprovado.
5. O texto alternativo proposto no requerimento de sujeição e ratificação será considerado e aprovado se este for aprovado por mais de metade dos delegados em efetividade de funções.

Artigo 23º

(Delegação de Poderes)

1. O Congresso Nacional poderá de acordo com a alínea f) do número 1 do artigo 29º dos Estatutos Nacionais delegar alguns dos seus poderes no Conselho Nacional se para tal for aprovada uma proposta nesse sentido por maioria simples dos Delegados presentes.
2. A proposta de delegação de poderes deverá ser apresentada durante a discussão das matérias a que diz respeito e terá de ser subscrita por um mínimo de 50 delegados.
3. A proposta de delegação de poderes será justificada pelo primeiro subscritor durante o máximo de 3 minutos, devendo ser votada de imediato sem discussão.

Artigo 24º

(Interpretação e Integração de Lacunas)

1. Só o CJN tem competência para, com força vinculativa, interpretar as disposições e integrar as lacunas do presente regulamento.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Mesa do Congresso tem competência para interpretar e integrar lacunas do presente regulamento feitas, cabendo recurso para o Conselho de Jurisdição Nacional.

ANEXO I – RATEIO XXIV CONGRESSO NACIONAL JSD.

ANEXO II – CRONOGRAMA XXIV CONGRESSO NACIONAL JSD.

APROVADO POR UNANIMIDADE NO I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DE 2016 DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA, REALIZADO NO DIA 28 DE FEVEREIRO NO AUDITÓRIO DOS PAÇOS DA CULTURA DO MUNICÍPIO DA GUARDA, NA CIDADE DA GUARDA.



**CONGRESSO
NACIONAL**

1, 2 e 3 de Abril de 2016 - Espinho

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL



PSD Partido Social Democrata
Pedro Passos Coelho

MOÇÃO ESTRATÉGICA DE PEDRO PASSOS
COELHO ÀS ELEIÇÕES DO PARTIDO
SOCIAL DEMOCRATA 2016

**“COMPROMISSO
REFORMISTA”**



Pedro Passos Coelho

ÍNDICE:

1 Portugal: onde e como estamos	4
1.1 Resgate: uma história (infelizmente) conhecida	5
1.2 O essencial da recuperação	6
1.3 Ganhámos as eleições, mas somos oposição	7
1.4 O PS e o governo começaram mal	8
1.5 O exacerbamento dos riscos	10
1.6 A oposição firme e determinada, a construção da alternativa	11
1.7 A responsabilização necessária	12
1.8 O triplo desafio do governo	13
1.9 Os desafios do PSD e o interesse nacional	14
1.10 A alternativa reformista é decisiva	15
2 PSD: quem e o que somos	16
2.1 Austeridade: uma história (muito) mal contada	17
2.2 Social-democracia sempre	18
2.3 O percurso e a afirmação do PSD	19
2.4 Os nossos valores, princípios e juízos	20
2.5 O que defendemos na Sociedade, na Economia, no Estado e no Território	21
3 A nossa visão estratégica para Portugal	23
3.1 O que estaríamos a fazer no governo	24
3.2 As linhas de força	25
3.3 Desafio demográfico e coesão social e territorial	26
3.4 Uma agenda para o crescimento sustentável	29
3.4.1 As pessoas e o conhecimento	31
3.4.2 A inovação e o empreendedorismo	32
3.4.3 Política de (re)industrialização	34
3.4.4 Atração de investimento	35
3.4.5 Crescimento verde	37
3.5 Portugal europeu, atlântico e global	39
4 Os novos desafios políticos e eleitorais	42
4.1 O reforço da cidadania	43
4.2 As eleições regionais	44
4.3 As eleições autárquicas	45
5 A modernização do PSD	46

1. PORTUGAL: ONDE E COMO ESTAMOS

1.1 RESGATE: UMA HISTÓRIA (INFELIZMENTE) CONHECIDA

Portugal é hoje um país com mais liberdade de escolha do que há 5 anos atrás, quando o PSD assumiu responsabilidades de governo, na sequência das eleições de 2011.

Depois de anos consecutivos de políticas económicas e financeiras imprudentes e da aposta reiterada num modelo de desenvolvimento desajustado das reais necessidades e condições do país, Portugal ficou particularmente vulnerável à crise financeira internacional que teve origem nos EUA e que afetou particularmente a Europa. Apesar das políticas de austeridade com que o governo liderado pelo Partido Socialista procurou responder à falta de confiança dos mercados relativamente a Portugal e das suas promessas de reforma estrutural que invertesse a trajetória insustentável da economia portuguesa, percebeu-se que era já tarde demais para evitar o pior e os Portugueses foram confrontados, no início da legislatura anterior, com a situação limite de pré-bancarota.

De facto, a bancarota apenas foi evitada, à última hora, por via do pedido de ajuda externa realizado pelo governo socialista de então e, na sequência disso, pela assistência prestada pelos nossos parceiros europeus e pelo FMI, incluindo a concessão de avultados empréstimos que permitiram suprir as necessidades mais urgentes, tanto no plano interno como externo.

Tendo vencido as eleições de 2011, mas não dispondo de uma maioria absoluta no parlamento, o PSD procurou junto do CDS reunir condições de estabilidade para formar um governo que possibilitasse executar o Memorando de Entendimento negociado pelo governo anterior, e com cujo cumprimento nos havíamos formalmente comprometido ainda antes das eleições.

Formada a coligação de governo entre os dois partidos, iniciou-se então um trabalho árduo para corrigir os profundos desequilíbrios macroeconómicos gerados durante anos de políticas irresponsáveis, para reformar as estruturas económicas que conferissem sustentabilidade à economia portuguesa e para devolver a necessária autonomia aos Portugueses.

Os anos de execução do programa de assistência representaram um desafio complexo para o governo e para a sua maioria e um tempo de enorme exigência e severidade para a esmagadora maioria dos Portugueses, cuja capacidade de sacrifício foi amplamente reconhecida e elogiada em todo o mundo.

1.2 O ESSENCIAL DA RECUPERAÇÃO

Depois da crise profunda em que mergulhámos na sequência do colapso económico e financeiro, o país começou paulatinamente a recuperar, a partir de 2013, daquela que foi a maior e a mais profunda crise económica e social da história da democracia portuguesa.

A essa recuperação económica e social não é alheia a capacidade dos parceiros sociais para gerarem entendimentos, em sede de concertação social, e das instituições do setor solidário, essenciais para a preservação da coesão social.

Do lado da estabilidade política, conseguimos que, pela primeira vez em Portugal, um governo de coligação completasse em estabilidade o seu mandato de 4 anos.

Em 2015, quando o governo liderado pelo PSD se apresentou às eleições de 4 de outubro, Portugal encaminhava-se para registar um crescimento real moderado de 1,5% do PIB, depois de ter crescido cerca de 0,9% no ano anterior e de ter contraído 4% em 2012, o ano mais violento da crise. O crescimento envolveu, nos dois últimos anos, a recuperação gradual do consumo interno e do investimento, que no último ano atingiram ambos uma recuperação só comparável à alcançada em 2000, tendo sido as exportações o motor do crescimento económico. A taxa de desemprego, que havia ascendido a um valor histórico de mais de 17% em início de 2013, apresentava já valores ligeiramente inferiores aos registados na altura do pedido de resgate, embora a criação de emprego ainda se situasse um pouco abaixo dos de 2010.

Por outro lado, e talvez o dado mais saliente da recuperação, a economia portuguesa apresentava, depois de décadas de desequilíbrio das contas externas e agora pelo terceiro ano consecutivo, um excedente externo, acompanhado de excedente comercial e de um desempenho histórico das suas exportações, representando estas de 43% do PIB contra menos de 30% ainda em 2010.

O significado deste quadro não pode, pois, ser mais claro. Apesar da recuperação moderada do nível de atividade e do emprego, finalmente em décadas o país cresceu sem ser à custa de endividamento, apresentando, portanto, um crescimento mais equilibrado.

Percebe-se melhor, deste modo, que o País pudesse ter concluído o Memorando de Entendimento sem necessitar de solicitar mais ajuda financeira aos seus parceiros, nem sequer de natureza cautelar. A credibilidade e boa reputação conquistadas pelos Portugueses junto dos credores e dos investidores externos permitiram a Portugal reconquistar a confiança e relançar a esperança para futuro.

1.3 GANHAMOS AS ELEIÇÕES, MAS SOMOS OPOSIÇÃO

Em parte, também, por estas razões, a coligação encabeçada pelo PSD venceu as eleições de 2015. Depois de anos de dificuldades e de políticas impopulares, e contra as expectativas mais comuns entre alguns, os Portugueses recusaram dar ao Partido Socialista e ao seu líder António Costa a vitória nas eleições. Ao contrário, e apesar de não dispor de apoio incondicional para formar o governo, a coligação entre PSD e CDS conseguiu reunir mais de 38% dos votos, significando que os eleitores deram a sua indicação clara de que pretendiam que a coligação pudesse prosseguir a governação, negociando o apoio necessário no parlamento para executar o seu programa. Esta votação foi, de resto, a mais expressiva registada por partidos do governo entre todos os países europeus que executaram programas de assistência similares em eleições subsequentes aos programas.

Apesar dos Portugueses terem escolhido a coligação liderada pelo PSD como destacadamente a mais votada, os representantes eleitos no parlamento decidiram escolher um governo diferente e, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, a força eleitoral mais votada nas eleições não conseguiu governar por ter sido derrubada logo no momento da sua investidura parlamentar.

Em particular, o Partido Socialista mostrou-se mais interessado em assumir-se como o futuro partido liderante do governo, apesar de ter perdido clamorosamente as eleições, do que em mostrar-se empenhado em viabilizar o governo liderado pelo PSD.

Ou seja, o governo, com o programa que emergiu das eleições não teve, sequer, o benefício da dúvida da maioria dos deputados na Assembleia da República, que se uniu em torno do PS numa coligação negativa para impedir a coligação liderada pelo PSD de governar e que decidiu depois investir um governo minoritário do segundo partido mais votado, a pretexto de que era preciso virar a página da austeridade no país e de que o povo teria escolhido uma mudança traduzida por um governo assumidamente de esquerda.

Os partidos populistas e radicais de extrema esquerda, como o PCP, o PEV e o BE decidiram, assim, unir-se no parlamento em torno de entendimentos firmados separadamente com o Partido Socialista e que constituem, segundo os próprios, uma base estável para suportar o governo socialista em que se revêm.

No centro das políticas que dão sequência aos entendimentos firmados, encontra-se uma vontade conseguida de reversão que procura desfazer muitas das decisões relevantes, de carácter estrutural, adotadas durante o processo de ajustamento, desde a área económica às políticas da área social. Em simultâneo, a maioria que suporta o governo comprometeu-se, também, com uma agenda orçamental que pretende acelerar, ao longo do ano de 2016, o processo de remoção de muitas das medidas de austeridade que, em circunstâncias de maior prudência, deveria decorrer ao longo de toda a legislatura, tal como estava previsto no programa de estabilidade apresentado em abril de 2015 pelo governo português junto da Comissão Europeia e do Eurogrupo.

1.4 O PS E O GOVERNO COMEÇARAM MAL

A instabilidade prometida logo a seguir à semana das eleições pelos partidos que formaram a coligação negativa influenciou negativamente o desempenho da economia no último trimestre de 2015. A concretização da ameaça de derrube parlamentar do governo anterior e os planos de reversão política inscritos nos entendimentos estabelecidos entre os partidos subscritores acentuaram esse efeito, sobretudo ao nível do investimento e da criação de emprego. De certo modo, se os resultados que estavam a ser alcançados com a estratégia do governo liderado pelo PSD estavam a mostrar recuperação, a promessa de reverter o que estava a dar certo só podia trazer apreensão e adiamento de decisões por parte dos agentes económicos.

Por outro lado, os planos orçamentais iniciais que davam corpo a esta nova estratégia chocaram de frente com a Comissão Europeia e com o Eurogrupo, depois de terem suscitado críticas violentas e advertências sérias por parte de autoridades nacionais e de entidades externas, como o Conselho de Finanças Públicas e a UTAO, bancos de investimento e agências de rating.

Foram então introduzidas correções pelo governo na proposta de orçamento, com o apoio da maioria que o suporta, de molde a aumentar um conjunto de impostos indiretos e a prometer comprimir despesas públicas que diminuíssem o défice previsto, ao mesmo tempo que se corrigiram elementos de previsão macroeconómica inicialmente mais irrealistas. Apesar destas alterações, o governo teve de se comprometer, junto dos nossos parceiros europeus e das instituições europeias, com a apresentação, o mais tardar até abril, de boa execução orçamental.

Porém, o reconhecimento por parte do governo que as suas previsões iniciais não eram afinal confiáveis e que passávamos de um orçamento de políticas expansionistas que acabavam com a austeridade para um outro que se apresentava como restritivo pode ter gerado um choque de expectativas cujas consequências, ao nível do consumo e do investimento, só demasiado tarde no ano em curso poderão ser inteiramente avaliadas. Apesar disso, o governo deverá apresentar a sua estratégia de médio prazo já em abril próximo, pelo que a incerteza sobre as escolhas ainda não reveladas e a sua compatibilização com a vontade da maioria que apoia o governo reforçam a incerteza que não ajudará a afirmar um primeiro semestre de 2016 mais orientado para o crescimento.

A abordagem seguida pela nova maioria foi tão mais preocupante quanto é conhecido que, apesar do enorme esforço bem-sucedido a corrigir os desequilíbrios mais emergentes do país, Portugal acumulou, ao longo de muitos anos, um montante muito elevado de dívida pública e privada que tornam o seu crescimento demasiado moderado, dificultando o investimento nacional mais robusto para futuro e um ritmo mais intenso de reabsorção do desemprego gerado durante a última década. Esta realidade deveria aconselhar, no curto e médio prazo, políticas orçamentais mais prudentes e, por outro lado, a consolidação de reformas de natureza estrutural que apontassem para um aumento mais significativo dos níveis de investimento direto externo que elevassem o potencial de crescimento da economia portuguesa.

Porém, e dado que o governo e a maioria que o suporta no parlamento estão comprometidos com uma agenda orientada por preocupações mais imediatistas e me-

nos amigos da transformação estrutural, Portugal vem conhecendo uma deterioração muito rápida e acentuada da reputação e da credibilidade conquistadas com tanto esforço e sacrifícios pelos Portugueses.

Esta realidade é, sobretudo, agravada pela circunstância de o mundo estar a assistir a novas perturbações com origem no setor financeiro, com expressão sensível na banca europeia. No contexto desse ambiente de maior aversão ao risco, os Portugueses assistiram com preocupação ao crescimento acentuado do prémio de risco dos títulos de dívida portuguesa, não verificado relativamente a outros países periféricos da União Europeia com os quais vínhamos registando comportamentos aproximados. Essa preocupação é redobrada sobretudo porque esta situação ocorreu apesar de o BCE estar a executar um programa de grande escala de compra de ativos que incluem títulos de dívida soberana, nomeadamente portuguesa.

1.5 O EXACERBAMENTO DOS RISCOS

Infelizmente, não podemos excluir que o ambiente de aversão ao risco esteja ainda longe de estar ultrapassado. E mesmo que se venha a assistir ao reforço, muito em breve, dos instrumentos menos convencionais a utilizar pelo BCE para contrariar a situação de baixa inflação e de estagnação económica que vem atingindo a área do Euro em particular, o que não deixará de beneficiar especialmente a dívida portuguesa, ainda assim é fundamental que o nosso país possa estar preparado para tirar pleno partido dessas circunstâncias da facilitação da política monetária e que se descartem alinhamentos estratégicos que favoreçam um aumento desnecessário dos riscos para Portugal num clima de maior incerteza externa.

De resto, a incerteza não está associada apenas à volatilidade dos mercados financeiros. Esta situação é, ela mesma, um reflexo de várias circunstâncias que estão para além das preocupações mais diretas com a área financeira e que, no caso europeu, estendem-se à situação envolvendo a desestabilização política associada à grave crise das migrações e dos refugiados que procuram a Europa e que está a colocar em risco o espaço Schengen e a arquitetura do mercado interno, compreendem as dúvidas sobre como terminará o processo de referendo sobre a participação do Reino Unido na União Europeia, envolvem o desgaste trazido pelo contínuo sobresalto sobre se a Grécia conseguirá cumprir o seu terceiro programa de assistência, ou como se desenvolverão as soluções de governo em vários países da zona Euro que necessitam ainda de executar reformas ambiciosas para as quais pode faltar o apoio político adequado.

Este clima de incerteza afeta a área financeira e bancária europeia e diminui a eficácia da política do BCE. Mas há um clima de incerteza mais alargado que penaliza também as perspectivas de crescimento da generalidade das economias emergentes, até por efeito do preço do petróleo, entre outros fatores de natureza financeira. Esta circunstância mais geral afeta, em particular, muitos e importantes parceiros comerciais de Portugal – o que pode contribuir para colocar ainda mais em risco a nossa recuperação.

É caso para dizer que deveríamos estar a utilizar a reputação e credibilidade conquistadas pelos Portugueses como um escudo importante para nos defendermos das contingências externas e para ampliar as condições de confiança na nossa economia. Ao contrário, o governo aproveita este clima para anunciar medidas de reversão que são vistas como fonte de ainda mais perturbação junto de investidores externos, como acontece com o caso da TAP e dos transportes urbanos de Lisboa e do Porto, onde se defende a renacionalização da empresa, no primeiro caso, e a anulação de concursos internacionais que tinham identificado investidores externos para gerirem as concessões desses transportes, a benefício dos contribuintes e dos utilizadores.

1.6 A OPOSIÇÃO FIRME E DETERMINADA, A CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA

Neste contexto, e apesar de não estar hoje com responsabilidades de governo, cabe ao PSD, tal como sempre aconteceu ao longo da sua história, combater esta forma ligeira e irresponsável de governar o país e de, na circunstância de ser o maior partido em Portugal e de ocupar a posição cimeira da oposição no parlamento, conduzir o processo de construção de uma alternativa democrática que esteja ao serviço dos Portugueses.

Na oposição e construindo a alternativa necessária, o PSD afirma de modo descomplexado que cabe aos partidos que se uniram para escolher esta fórmula de governo criarem as condições de apoio e estabilidade indispensáveis para a ação do governo socialista, tal como este se comprometeu com o parlamento e os Portugueses.

Prosseguindo o atual governo um programa que, em muitos aspetos importantes, se encontra nos antípodas daquele que defendemos, não é a nós que cabe apoiar a sua ação de desfazer o que fizemos de reforma estrutural no passado recente ou de promover as ideias retrógradas e estatizantes que sempre combatemos no plano da economia e do Estado.

O PSD necessita, também de modo descomplexado, assumir com dignidade o trabalho que realizou enquanto esteve no governo e transmitir aos Portugueses as linhas essenciais do projeto que defende para Portugal e as melhores formas de o poder executar.

Não defendendo qualquer ideia de governo de assembleia, em que os partidos parlamentares apresentam iniciativas que se substituem ao governo naquilo que representa a esfera típica de intervenção administrativa deste, o PSD deverá sempre ser claro quanto às prioridades que defende nas diversas áreas de políticas públicas e saber transmitir o sentido do que estaria a fazer se fosse governo.

Neste domínio, não sentimos necessidade de criar com artificialismo um programa que, nas suas linhas essenciais, divirja do que ainda há menos de meio ano apresentámos aos Portugueses. As prioridades e os objetivos que se incluíam no programa que apresentámos para os próximos 4 anos não perdeu qualquer atualidade. Muito pelo contrário, vários aspetos nele incluídos reganharam importância face ao retrocesso de muitas políticas em curso.

Porém, o PSD nunca pode deixar de atualizar a sua proposta política, dado que ela reflete não apenas a sua conceção do Estado e da sociedade, mas também as necessidades reais que necessitam de ser atendidas e as novas aspirações que procuram eco nas respostas políticas.

1.7 A RESPONSABILIZAÇÃO NECESSÁRIA

O nosso sentido de responsabilidade obriga-nos a defender Portugal e os Portugueses de acordo com a visão estratégica que temos, mas é a maioria que suporta o governo quem deverá assumir a responsabilidade pelas consequências das escolhas que estão a ser feitas. A ação do PSD deverá, também por isso, ajudar sempre à responsabilização dos partidos da maioria relativamente ao caminho que escolhem para desenvolvimento das suas políticas.

O que se espera neste novo ciclo político é que quem formou o governo dizendo que tinha uma alternativa estável, coesa e duradoura possa realmente cumprir com esse compromisso e procurar chegar ao final da legislatura com estabilidade.

Assim, qualquer crise que sobrevenha no atual quadro parlamentar só pode resultar do desentendimento gerado no seio da maioria que suporta o governo.

Saber se tal contingência originará um outro governo de coligação entre as forças que atualmente apoiam o governo ou se acabará por conduzir à realização de eleições é matéria que não cabe, a esta distância e a quem lidera a oposição, especular.

1.8 O TRIPLO DESAFIO DO GOVERNO

O atual governo enfrenta um triplo desafio.

Em primeiro lugar, o desafio de conseguir mostrar, antes de tudo, que pode conciliar o apoio das forças políticas populistas e radicais de pendor anti Euro e desconfiadas da solução europeia com as decisões que decorrem da necessidade de cumprir as regras do semestre europeu e do Tratado orçamental a que Portugal está vinculado, e que essas forças políticas têm contestado continuamente. A apresentação de um novo programa de estabilidade em abril, traduzindo a perspectiva de médio prazo para a evolução do défice das contas públicas e da trajetória da dívida e que possa cumprir estas regras será, certamente, um desafio bastante exigente.

Em segundo lugar, o governo terá de demonstrar capacidade para alargar o indispensável esforço para captar investimento direto externo e promover as reformas estruturais de mercado que lhe sirvam de incentivo, compatibilizando essa aposta com o apoio de forças políticas que assumem posições contra o mercado e contra o papel do investimento privado, preferindo a intervenção direta do Estado e o papel das empresas públicas, defendendo o instrumento das nacionalizações em detrimento da iniciativa privada.

Por fim, o governo deverá superar a dificuldade que resulta de uma agenda política liderada pelo BE e pelo PCP em torno da afirmação da necessidade de reestruturar a dívida pública portuguesa, o que pode comprometer a capacidade para proteger os Portugueses de adversidades geradas na envolvente externa e certamente penaliza a geração de confiança entre credores e investidores, confiança de que necessitamos para crescer mais e melhor.

1.9 OS DESAFIOS DO PSD E O INTERESSE NACIONAL

Apesar deste mandato de dois anos no PSD compreender a realização certa de eleições regionais na Região Autónoma dos Açores e ainda de eleições autárquicas em 2017, que merecerão todo o empenho dos órgãos nacionais do PSD e dos seus militantes e simpatizantes, o PSD não deixará de estar sempre preparado para re-assumir responsabilidades de governo, se a isso vier a conduzir o esgotamento da solução de governo protagonizada pelo Partido Socialista.

Não perderemos tempo, porém, com detalhes de qualquer cenarização dos termos em que uma tal crise possa vir a emergir nem das respostas a fornecer perante essas eventualidades, sendo certo que existem mecanismos no quadro constitucional que permitirão aos partidos políticos com responsabilidades parlamentares e ao Senhor Presidente da República avaliarem as melhores soluções a adotar em face das circunstâncias concretas.

O PSD reafirma hoje, apenas, que nas decisões que vier a tomar em contexto de falência e esgotamento da atual solução maioritária, tomará sempre em conta as circunstâncias reais do país e decidirá no respeito pela sua visão do que então se apresentar como sendo o superior interesse nacional.

1.10 A ALTERNATIVA REFORMISTA É DECISIVA

É nossa convicção, no entanto, que qualquer que seja o desfecho político da atual solução de governo, e quer ela sobreviva às contradições dos partidos que a suportem, quer ela se mostre mais coesa e resiliente do que muitos esperam, o país sempre continuará a precisar de uma alternativa liderada pelo PSD.

Antes de mais, porque a solução de governo socialista negociada com a extrema esquerda radical e populista segue um “filme” que nós já vimos no passado relativamente próximo, quer em Portugal quer noutros países europeus. O facilitismo e o populismo, alimentados por políticas irrealistas que mascaram ou agravam os problemas estruturais, normalmente têm perna curta, que é o tempo que medeia até que a falta de financiamento se faça explicitar sem direito a equívocos, e frequentemente elevam muitíssimo os custos a suportar pelos cidadãos no futuro mais ou menos próximo.

Neste contexto, a atual linha estratégica de governo pode não acabar necessariamente no retorno à insustentabilidade económica e financeira com o estrondo que acabou em 2011, e esperamos bem que os sacrifícios dos Portugueses possam ser salvaguardados de modo a evitar a repetição de um tal desfecho. Mas esta linha de governo sempre deixará o país em circunstâncias mais vulneráveis e com maiores desequilíbrios. O populismo e o radicalismo não gostam de pagar a fatura das reformas, antes preferem alimentar-se da insatisfação pela falta de soluções e pelo fraco desempenho económico que o medo das reformas acaba por gerar.

Por outro lado, um país que ambicione mais para futuro sempre tem de desafiar o presente e saber sacrificar alguma coisa hoje para ter melhor amanhã. Para crescer de modo mais ambicioso e fugir às ideias de fatalismos ou facilitismos, é indispensável executar uma nova vaga de reforma estrutural em Portugal. E mostrar, perante a sociedade portuguesa e perante os nossos parceiros externos, que não estamos condenados a fazer as reformas de modo contrariado, quando já é tarde demais e sob controlo daqueles que nos socorrem em tempos de aflição.

Acreditamos, pelo que somos e pela história que representamos enquanto social democratas, que uma tal vaga de reforma estrutural que rompa com o conformismo da gestão do quotidiano e que alargue as nossas possibilidades de prosperidade futura só pode ser alcançada com a liderança reformista, e com o gradualismo encarnados pelo PSD.

2.PSD: QUEM SOMOS

2.1 AUSTERIDADE: UMA HISTÓRIA (MUITO) MAL CONTADA

Os partidos que hoje constituem a maioria de apoio ao governo andaram quatro anos a acusar o PSD de ser o partido da direita e da austeridade que, por razões de natureza ideológica, quis impor aos Portugueses uma disciplina fiscal e uma política de rendimentos severas com o propósito de empobrecer e fazer sofrer os portugueses económica e socialmente mais vulneráveis.

Na verdade, como a história comprova com muita facilidade, no nosso país ou em qualquer outro, a austeridade não é de direita nem é de esquerda, é simplesmente o que sobra quando acaba o dinheiro. Foi assim com o PS de Mário Soares em 1978 e em 1983, foi assim com o PSD de Durão Barroso em 2002, foi assim com o PS de José Sócrates em 2010, e foi assim com o PSD em 2011.

O empobrecimento da economia portuguesa não foi um objetivo declarado, foi uma inevitabilidade resultante da ausência de financiamento para o crescimento da economia e das políticas de austeridade que procuravam assegurar que o Estado tivesse menos défice do que os 10% e 11% do PIB que tinha registado em 2009 e 2010. E é sabido que os défices dos anos seguintes não poderiam deixar de caber dentro do que sobrava dos 78 mil milhões de euros que os nossos parceiros e o FMI nos emprestavam depois de se pagarem dívidas e outras responsabilidades, na condição de que cumpríssemos os objetivos acordados com eles.

A ideia distorcida de que queríamos ir “além da Troika” foi usada pelos nossos adversários para ilustrar que pretendíamos ser “mais papistas do que o Papa” e aplicar um programa mais duro do que o pretendido pelos credores, quando, na verdade, apenas se pretendia evidenciar a necessidade de ter mais ambição na mudança estrutural, que não na aplicação da austeridade.

Por isso, mantivemos durante todo o programa a firme disposição de ser ambicioso na dimensão estrutural, enquanto procurámos adequar as políticas orçamentais às necessidades de reduzir o défice de financiamento tanto quanto a nossa situação de dependência o permitia, sabendo sempre que o problema consolidado não podia nem devia ser escamoteado no nosso próprio interesse.

Dentro da noção simples de que o maior inimigo do Estado social é o Estado falido, procurámos dar transparência e solidez às contas públicas para suportar as suas funções sociais mais importantes. É disso prova o Programa de Emergência Social que preveniu, em estreita cooperação com as organizações do setor solidário, a rutura social que podia ser provocada pela grave crise económica e financeira. É disso prova, também, o saneamento financeiro alcançado no Serviço Nacional de Saúde, com a realização do capital social dos hospitais pela primeira vez em muitos anos e com a redução dos atrasos de pagamento a fornecedores, que ameaçavam os cuidados prestados e encareciam os fornecimentos futuros.

2.2 SOCIAL-DEMOCRACIA SEMPRE

O PSD recusa, pois, qualquer acusação de “direitismo” austeritário com que quisessem, e ainda querem, tatuar a alegada falta de sensibilidade social no exercício de funções governativas.

Tal como Sá Carneiro respondia, em 1979, à esquerda radical dizendo que fazíamos mais no governo da AD por “cumprir abril” do que aqueles que andavam sempre com “abril na boca”, também nos anos subsequentes o PSD trouxe mais horizonte de realização às políticas sociais do que aqueles que se alimentaram publicamente com as referências e reclamações sobre os direitos sociais.

O PSD continua, pois, fiel ao seu ideário social democrata e aos seus valores essenciais, que sempre procurou traduzir nas políticas que defendeu, ora na oposição, ora no governo. Fiel também à máxima do seu fundador de que primeiro está Portugal e os Portugueses e só depois o partido.

Lembrá-lo nas atuais circunstâncias vale pela oportunidade de afastar uma falsa questão e pela vantagem de reforçar o que tem significado a afirmação do percurso do Partido Social Democrata ao longo dos anos em Portugal e da atualidade e pertinência do seu conteúdo programático.

2.3 O PERCURSO E A AFIRMAÇÃO DO PSD

O PSD afirmou-se em Portugal como um partido interclassista, que sempre soube abrir-se à sociedade, integrar novas leituras políticas do mundo e modernizar-se.

Temos princípios e valores que perduram desde a nossa fundação, mas não somos reféns de uma leitura ideológica cristalizada num mundo em mudança. Aliás, 20 anos depois, renovámos as nossas linhas programáticas em 2012, numa leitura mais moderna da social-democracia. Tal como o havíamos feito em 1992 relativamente ao Programa inicial de 1974.

Sem alterar os nossos princípios e valores, procurámos que a tradução das nossas respostas em cada um desses marcos históricos pudesse refletir e corresponder às próprias alterações e mudanças registadas na nossa sociedade e no mundo.

O Portugal de 74, com a Revolução, a edificação do Estado democrático e a emergência da descolonização não era o mesmo que o Portugal que se evidenciou depois da integração na Comunidade Económica Europeia dos 12 e da transformação trazida pela queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, com o advento do Tratado de Maastricht.

Assim também, vinte anos depois, o Portugal em declínio demográfico, inserido na União Europeia a 27, depois das novas vagas de alargamento, com o Euro e a crise das dívidas soberanas, e inserido num mundo cada vez mais global e fragmentado, um mundo do pós-11 de setembro mergulhado na ameaça terrorista e marcado por uma nova revolução industrial em curso é um país que está suficientemente distante do Portugal que digeria a integração europeia no início dos anos 90. Apesar das alterações sensíveis destas décadas, o PSD afirmou-se sempre como um partido aberto ao mundo e à mudança, ao mesmo tempo que marcou a sua intervenção combatendo a estatização da economia e da sociedade, nela compreendendo a oposição às nacionalizações, ao coletivismo e às soluções vanguardistas, igualitaristas e socializantes.

Partido da sociedade civil e defensor da iniciativa privada, o PSD teve uma liderança preponderante em todos os processos de revisão constitucional que trouxeram a consagração de uma democracia de tipo europeu-ocidental, o fim do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e o início de um novo regime económico, libertado do ideal da construção de uma sociedade socialista, mas antes assente numa economia social de mercado, onde a realização dos direitos sociais vem progressivamente associada às condições materiais objetivas que o progresso económico propicia e em que as políticas públicas sociais e a responsabilidade do Estado não se confundem com a mera prestação direta de serviços.

2.4 OS NOSSOS VALORES, PRINCÍPIOS E JUÍZOS

Tal como consta do nosso programa, damos primazia ao valor da liberdade, conjugado com um princípio humanista ou personalista de atuação política, assumindo sempre que a dignidade da política consiste em estar ao serviço da dignidade da Pessoa e que o ser humano é a razão de ser, a medida e o limite da ação política.

Com «o valor da liberdade articula-se indissociavelmente a igualdade», mais conotada com a necessidade de promover a igualdade de oportunidades do que com quaisquer conceções igualitaristas, niveladoras e inibidoras das diferenças.

Do «valor da solidariedade resulta como princípio a afirmação de um partido popular e social-democrata, isto é, um partido que articula e defende o interesse comum dos Portugueses, apostado no cumprimento da promessa democrática da mobilidade social, no combate à carência material dos grupos sociais mais vulneráveis e na vitalidade da ação da sociedade civil independente dos poderes públicos».

A social-democracia portuguesa assenta também num juízo realista mais do que na abstração ou mera transposição, para território nacional, das grandes narrativas ideológicas.

Este realismo político alimenta-se de uma estreita ligação com as concretas preocupações, expectativas e anseios dos cidadãos, traduz-se numa abordagem reformista perante os problemas e tem colocado o PSD no centro do espectro político português. Esse realismo político matricial torna o PSD, como nenhum outro, num partido aberto à mudança, à diversidade e ao pluralismo.

2.5 O QUE DEFENDEMOS NA SOCIEDADE, NA ECONOMIA, NO ESTADO E NO TERRITÓRIO

É oportuno apresentar, neste contexto, algumas declinações dos nossos valores e princípios conjugados na perspectiva do papel do Estado e da relação das pessoas com a esfera social, com o Estado e com o Território.

Defendemos a família - comunidade de convivência solidária e afetiva entre gerações e o lugar por excelência de transmissão de valores éticos e culturais - enquanto primeiro espaço de coesão social.

Somos defensores da limitação da influência do Estado e da primazia da Sociedade em relação a este, assumindo que não são as pessoas que devem estar ao serviço do Estado, mas o Estado ao serviço das pessoas. Acreditamos que ao Estado não compete impor um modelo de felicidade e de realização humanas, mas assegurar o direito de cada um ser livre e perseguir um modelo de realização por um caminho que lhe é próprio, no respeito da lei e dos direitos dos outros.

Defendemos uma sociedade descentralizada nos seus centros de decisão, de poder e de iniciativa, regulada pela ordem do Direito e pela consagração dos direitos, liberdades e garantias e pelo princípio da separação e equilíbrio dos poderes.

Pugnamos por um Estado capaz de promover a justiça, a liberdade, a igualdade de oportunidades e a integridade dos cidadãos, por oposição a um Estado passivo, mínimo e ausente.

No que respeita à estruturação da vida económica, defendemos a propriedade privada, a livre iniciativa e a concorrência aberta. «Isto não significa uma desvalorização nem uma menorização da intervenção pública. Ao contrário, pressupõe para o Estado um papel indelegável de regulador, de fixador das regras do jogo, de executor dessas mesmas regras (...) e o reconhecimento da relevância do Estado na garantia de provisão de bens públicos, bem como da sua intervenção sobre falhas de mercado demonstradas, quando a intervenção estatal é superior. Também não ficam excluídas outras formas de propriedade ou de iniciativa empresarial, como a pública, a mista ou a cooperativa. Mas o que se pretende é que a atividade económica esteja sujeita a um ambiente aberto de concorrência e de disseminação da informação que só a estrutura do mercado pode propiciar».

Nas políticas sociais, em especial na educação – fator determinante da igualdade de oportunidades – e na saúde, precisamos de um Estado que cumpra o dever indeclinável de garantir o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de progressiva liberdade de opção pelos cidadãos e de complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhum cidadão deixe de aceder a serviços de qualidade por razões económicas.

Relativamente ao setor solidário, defendemos um Estado cada vez mais parceiro e respeitador da autonomia das instituições de solidariedade social, por oposição ao Estado intrusivo e sobranceiro, que quer manipular e submeter em vez de apoiar e regular.

É fundamental, para nós, assegurar a defesa e sustentabilidade do serviço nacional

de saúde, assim como de um sistema público de segurança social que funcione como o garante de uma proteção básica universal contra os riscos sociais.

Defendemos também a preservação do meio ambiente, na utilização sustentável e eficiente dos nossos recursos e na defesa do Planeta Terra, nossa casa comum, como tem enfatizado o Papa Francisco.

Defendemos ainda a dignidade do trabalho, como meio de realização pessoal, fundamental à independência individual e à mobilidade social, mas também como atividade social imprescindível à comunidade.

Na coesão territorial, damos prioridade ao combate ao despovoamento do interior e às assimetrias regionais, e ao reforço do municipalismo enquanto expressão democrática de proximidade, diversidade e subsidiariedade.

Defendemos o respeito pelos bens comuns a todos os portugueses e pelo património adquirido, pela identidade nacional, pela continuidade da nossa comunidade, pela solidariedade entre gerações.

Estamos empenhados no aprofundamento da integração económica, monetária e política do projeto europeu e na afirmação da UE como um espaço de prosperidade, liberdade, tolerância e respeito pelos direitos humanos, a par da diversidade cultural e da solidariedade, responsabilidade e convergência entre os Estados.

Defendemos a valorização da nossa posição geográfica e da nossa herança histórica como país europeu e atlântico, aberto ao mundo, consciente da sua visão cosmopolita e da importância da CPLP, da língua portuguesa e da diáspora espalhada pelos vários continentes.

Acreditamos na defesa do multilateralismo nas relações internacionais e no desenvolvimento de soluções comuns e coordenadas para desafios globais.

Propomos o contínuo aprofundamento da cidadania e da participação como elementos decisivos de qualificação da democracia.

Defendemos a liberdade de imprensa para a afirmação de uma sociedade mais livre e plural. Não há democracia que o seja verdadeiramente sem liberdade de imprensa e sem pluralismo informativo.

Acreditamos num Poder Local mais forte orientado para a competitividade e desenvolvimento económico local e para a inclusão social.

3. A NOSSA VISÃO ESTRATÉGICA PARA PORTUGAL

3.1 O QUE ESTARÍAMOS A FAZER NO GOVERNO

O exercício de construção de uma alternativa de governo pressupõe a comunicação transparente do que estaríamos a fazer se de facto estivéssemos a governar, como julgamos que os Portugueses escolheram.

Temos consciência de que, quando assumimos funções de governo em 2011, o quadro de ambição estratégica que tínhamos para o país envolvia duas legislaturas.

A primeira legislatura estaria sempre muito marcada pela necessidade de vencer a emergência financeira, económica e social e de lançar as bases de mudança estrutural que nos permitisse caminhar pelo nosso pé quando encerrássemos o programa de assistência. Já um segundo mandato seria essencial para consolidar as reformas e a confiança entretanto lançadas e conquistadas.

Deste modo, estaríamos nesse segundo mandato a preparar, desde logo, a reavaliação do conjunto de reformas já encetadas. Sabemos que as reformas não se concluem nas decisões que tomamos quando aprovamos os dispositivos legais que as desencadeiam, pelo que é indispensável monitorizar e avaliar a sua execução. Assim, torna-se mais fácil verificar se os seus efeitos esperados condizem com os resultados observados e, caso haja desvios assinaláveis ou efeitos indesejados, corrigir ou aperfeiçoar os eixos ou diretrizes de cada reforma.

Por outro lado, estaríamos nesse segundo mandato a avançar para uma segunda geração de reformas estruturais que abrissem o caminho a uma aceleração maior na construção de uma sociedade mais aberta e cosmopolita, com uma economia sustentável geradora de mais prosperidade e menos desigualdades, envolvendo mais oportunidades para todos e uma cultura de maior responsabilidade e coesão entre os Portugueses e o seu território.

Em suma, estaríamos a concretizar o projeto que, no essencial, apresentámos aos Portugueses nas últimas eleições. Esse projeto para os próximos 4 anos apresentado há menos de meio ano não só não perdeu atualidade como, em certas dimensões e em face de políticas de reversão em curso, ganhou oportunidade e relevância.

Uma vez que o projeto apresentado ia ao encontro das necessidades dos Portugueses e estava construído de modo a responder a problemas estruturais importantes que não desapareceram em tão pouco tempo, merece ser sublinhado que o PSD não sente necessidade de apresentar agora uma construção artificial que substitua o programa que trabalhou para apresentar ainda há pouco tempo ao país.

O exercício que se apresenta de seguida pretende, assim, enfatizar o essencial das prioridades e problemas estruturais identificados no programa já apresentado, bem como sintetizar as principais linhas de resposta de médio prazo.

3.2 AS LINHAS DE FORÇA

O destaque vai para a coesão social e territorial, bem como para a necessidade de responder aos problemas inadiáveis da natalidade, associados aos do envelhecimento da população e da correspondente perda de dinamismo social, bem como da sustentabilidade dos sistemas previdenciais.

Por outro lado, ganha relevo a importância central do combate às causas das desigualdades profundas que, tanto em termos económicos como sociais e culturais, continua a caracterizar a sociedade portuguesa apesar de tantos anos de políticas democráticas de redistribuição e de construção de sistemas previdenciais. Aqui, as políticas públicas do lado da educação ocupam um lugar especial, mas as respostas estão muito para além das que podem ser fornecidas apenas pelo sistema educativo, devendo ser orientadas para quebrar o ciclo vicioso de pobreza, fonte primeira de desigualdade e da sua constante perpetuação.

Por fim, as políticas de mudança estrutural orientadas para a libertação do potencial de crescimento sustentável da economia, onde o processo de reforma do Estado e das suas estruturas administrativas assumem papel muito destacado, já que a promoção da melhoria da produtividade e da eficiência dos serviços públicos pode ser decisiva para a construção de uma economia bastante mais dinâmica e com menos amarras burocráticas, ajudando a colocar o Estado como um regulador e facilitador mais do que como um complicador.

Uma referência final para as reformas que sustentem a atratividade do investimento direto externo por parte de Portugal, cuja realização se afigura decisivo para fazer a diferença para alcançar um ritmo e uma robustez da retoma económica para a qual temos falta de poupança interna e de capital financeiro, gerando mais e melhor emprego.

3.3 DESAFIO DEMOGRÁFICO E COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

O período de ajustamento criou dificuldades adicionais à situação social em Portugal, em especial, dos mais vulneráveis. Por essa razão, ao mesmo tempo que avançávamos com medidas de apoio aos mais vulneráveis, como o Programa de Emergência Social, a tarifa social na eletricidade e no gás e o arrendamento apoiado, recuperámos a sustentabilidade do Estado Social (nomeadamente, na saúde e na educação) e assegurámos que as medidas de consolidação social seriam progressivas, com o dobro ou mais do impacto no rendimento dos mais ricos em comparação com o rendimento dos mais pobres.

Paralelamente, introduzimos políticas ativas de emprego e criamos as condições para, com a recuperação económica, combater o desemprego. Recorde-se que o desemprego se reduziu de 17,5% para perto de 12,2% - valor inferior ao registado aquando do pedido de intervenção da troika - ao mesmo tempo que o emprego começou a aumentar, como o demonstra a criação líquida de mais 175 mil postos de trabalho desde janeiro de 2014.

Para o PSD, só existe desenvolvimento económico se este for também de carácter social. Temos de promover ativamente a inclusão social e a igualdade de oportunidades, dignificando a pessoa e o trabalho e assegurando a proteção face a riscos sociais.

A coesão social, numa altura em que, em Portugal, apesar de reformas bem-sucedidas, ainda detemos níveis inaceitáveis de cidadãos em situação de pobreza, de desemprego jovem e de longa duração, e de assimetria na redistribuição de riqueza, tem de ser assumida como a maior prioridade política dos próximos anos.

É fundamental continuar a assegurar a universalidade dos sistemas de saúde, de educação e de segurança social, tal como o fizemos nos últimos quatro anos num quadro orçamental muito restritivo. O Estado tem de cumprir o dever indeclinável de garantir o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de progressiva liberdade de opção pelos cidadãos e de sã complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhum cidadão deixe de aceder a serviços de qualidade por razões económicas.

Também é importante, como defendemos nas últimas eleições legislativas, dar prioridade a um novo programa de desenvolvimento social alavancado na aplicação do Portugal 2020 (nomeadamente em sede de Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), por forma a que, numa fase de crescimento económico e de recuperação do emprego, se alcance um novo patamar de coesão social.

Um programa que concerte estrategicamente a cooperação entre a economia, a segurança social, a saúde e a educação e que valorize e aprofunde a relação entre o Estado e a economia social, materializado em verdadeiras Parcerias Público-Sociais geradoras de poupança e suportadas na humanização das intervenções. Este programa de desenvolvimento social deve estar orientado para atacar as causas das desigualdades, pelo que não pode ser meramente mais um instrumento de apoio e assistência aos mais desfavorecidos.

Pretendendo ajudar a quebrar o ciclo vicioso da pobreza que reproduz as desigualdades, este programa deve ser concebido de modo a atuar de forma tão precoce quanto possível e, sobretudo, entre os mais jovens de modo a responder, ao nível da igualdade de oportunidades, tão cedo as disparidades se manifestem de modo a evitar cristalizar as desigualdades à partida.

Mas os desafios colocados a Portugal na área social não decorrem apenas do contexto económico, das desigualdades sociais ou do abandono escolar (felizmente, fortemente reduzido nos últimos anos). Enfrentamos uma dupla armadilha demográfica, traduzida por uma baixa natalidade - com uma das mais baixas taxas de fecundidade entre os países do mundo - e pelo envelhecimento da população.

Neste contexto, a resposta ao desafio demográfico, a valorização da família e a remoção de obstáculos à natalidade tem sido, nos últimos anos, protagonizada pelo PSD. Mas nada justifica que, em torno dessa agenda, se tenham construído, artificialmente, muros ideológicos e se tenham descontinuado políticas bem-sucedidas como o quociente familiar no IRS, a discriminação positiva dos agregados familiares com filhos e ascendentes a cargo na renda apoiada e na tarifa social da energia. O PSD continuará a bater-se por uma agenda que remova os obstáculos à natalidade, que favoreça a harmonização entre a vida familiar e profissional e que permita uma participação efetiva dos pais no acompanhamento do percurso escolar dos filhos.

Do mesmo modo, é incontornável assegurar a sustentabilidade da segurança social e a redução do défice implícito e explícito no sistema previdencial, através da adoção de medidas que resultem de um debate alargado e que traduza, consequentemente, a existência de um amplo consenso social e político, capaz de gerar confiança e segurança dos contribuintes nas pensões em pagamento e nas pensões futuras.

A sustentabilidade dos sistemas públicos de pensões tem de ser encarada. As contribuições recebidas anualmente pela CGA são inferiores a metade dos pagamentos auferidos. O PSD, no governo, desafiou, sem sucesso, o PS para esse debate sobre a sustentabilidade da segurança social. Agora, na oposição, redobramos o alerta para a imprudência do governo em insistir em varrer este problema para baixo do tapete.

E não vale a pena continuar, da parte da maioria do governo, a insistir que o que o PSD pretende é cortar as pensões. É sabido que qualquer solução que envolva tal abordagem já foi considerada inviável pelo Tribunal Constitucional em tempo de grave crise e no meio do programa de assistência, pelo que dificilmente seria viabilizada no quadro atual. Assim, o que é indispensável é encontrar uma solução que financie a reforma estrutural a realizar ao nível da segurança social. Ora, se o governo esteve disposto a aumentar carga fiscal para sustentar a ideia de que virava a página da austeridade, correndo riscos desnecessários, por bem menos do que a receita necessária para compensar essa imprudência estaria hoje a favorecer uma solução de longo prazo para a segurança social.

A mesma prioridade se coloca na coesão territorial. Nos últimos anos, o PSD protagonizou reformas importantes no combate ao despovoamento e desertificação do

interior e na promoção da coesão territorial, designadamente, o programa Aproximar e a instalação de 1000 espaços do cidadão, a reforma do setor das águas (harmonizando as tarifas entre interior e litoral), a reforma do ordenamento do território, o reforço da derrama municipal no âmbito da fiscalidade verde e o impulso à reabilitação urbana.

Agora é fundamental lançar uma nova geração de políticas públicas que reforce a atratividade e da competitividade dos territórios de baixa densidade; promova a igualdade de oportunidades no acesso a serviços públicos, garantindo os princípios da equidade social e territorial e, simultaneamente, a racionalidade e sustentabilidade das redes públicas de provisão de bens e serviços; e que impulse o associativismo, a cooperação e a governança territorial.

3.4 UMA AGENDA PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

A escolha de um caminho para o crescimento e emprego não admite equívocos, demagogia ou vistas-curtas. Pelo contrário, temos de analisar, sem tibieza, as raízes profundas das nossas fragilidades estruturais e encontrar respostas integradas e de longo-alcance que permitam mobilizar os portugueses para a mudança.

A demagogia política procurou estabelecer um debate dicotómico entre austeridade e crescimento e, por outro lado, atribuir ao PSD, por manifesta má fé, intenções doutrinárias austeritárias. Como se não tivesse estado na governação socialista despesista e irresponsável a raiz da austeridade integrada no resgate e no Programa de Assistência Económica e Financeira. Como se não tivesse sido, precisamente, a nossa ação responsável a impedir a bancarrota e a salvar os fundamentos do Estado Social. Como se não tivesse sido um governo do PS a introduzir, logo em 2010, medidas de austeridade, incluindo aumento de impostos - como no caso do IVA, no caso da taxa liberatória sobre dividendos e no caso do IRS, através da redução de benefícios fiscais incidindo sobre despesas de habitação, saúde e educação por exemplo - e de corte ou congelamento de salários e pensões. Como se não tivesse sido um governo liderado pelo PSD a conseguir entregar, pela remoção gradual das medidas de austeridade, os benefícios de um ajustamento orçamental e estrutural bem-sucedido.

Não nos enganemos. A consolidação orçamental foi fundamental, mas nunca representou um fim em si mesmo. A responsabilidade orçamental, como sempre afirmámos, é condição necessária, mas não suficiente para o crescimento sustentável. Em primeiro lugar, porque o objetivo da consolidação financeira é o da libertação de recursos para o sector produtivo, impulsionando o crescimento e o emprego. Em segundo lugar, porque quando se olha para os fatores de crescimento, facilmente se constata que o nosso problema é estrutural e que não se resolverá sem uma alteração profunda e estrutural do nosso modelo de desenvolvimento.

Precisamos de uma estratégia que não confunda crescimento com endividamento externo, com défice orçamental e com políticas económicas dirigidas a campeões nacionais e às empresas do regime.

Uma estratégia que não confunda crescimento com a dependência do contexto europeu, ou do acaso ou de um único investimento estruturante.

Uma estratégia que não confunda crescimento com anacronismo, promovendo modelos assentes na poluição e na degradação de recursos naturais.

Uma estratégia que não considere que os únicos défices e as únicas dívidas são os de natureza orçamental, esquecendo a importância da superação de outros défices estruturais, quase crónicos, que nos impediram de crescer sustentavelmente durante muitos anos.

O que está, por isso, em causa é a capacidade de liderar reformas que assegurem a sustentabilidade económica, financeira, ambiental e social do crescimento. Uma estratégia de crescimento sustentável assente na responsabilidade orçamental e nas reformas estruturais e num quadro de investimento seletivo e produtivo em áreas estratégicas, como o conhecimento, a política industrial e a economia verde.

Por muito que custe aos partidos da esquerda, o verdadeiro debate não se realiza em torno dos referenciais esquerda-direita ou crescimento-austeridade. A verdadeira diferença reside na atitude conservadora ou reformista e na sustentabilidade das estratégias de crescimento.

Ao contrário do que defende o governo do PS, apoiado pela esquerda populista e radical, não há futuro – apenas mais défice, mais dívida e, claro, mais tarde, mais impostos e mais sacrifícios – numa estratégia assistencialista de aumento da despesa pública e de estímulo ao consumo interno, à custa do desequilíbrio externo. O nosso crescimento económico não se pode alimentar do défice e da dívida. Este modelo já foi testado e conduziu a uma década perdida.

Pelo contrário, o nosso crescimento, para ser sustentável, depende de um perfil da economia que, não descurando o consumo interno, dependa essencialmente do aumento das exportações, da substituição competitiva de importações e do investimento seletivo, privado e externo. Logo, a questão que tem de ser respondida é: como exportar mais e como atrair mais investimento?

A nossa ambição é clara: depois de termos regressado em 2014 e 2015 ao crescimento e à criação de emprego, temos de criar condições para reduzir o desemprego, pelo menos, para a média europeia e atingir um crescimento anual do PIB superior a 3% durante vários anos. Só assim conseguiremos reduzir a dívida para níveis inferiores a 60% e, em simultâneo, libertar mais recursos para a economia e desagravar os impostos sobre as famílias.

Essa estratégia de crescimento, que para ser sustentável, tem de ser reformista e beneficiar de compromisso, estabilidade, previsibilidade e mobilização coletiva, deve, no essencial, basear-se em 5 pilares.

3.4.1 – AS PESSOAS E O CONHECIMENTO

A aposta na qualificação das pessoas e no conhecimento científico como elemento decisivo da igualdade de oportunidades e da mobilidade social, mas também da competitividade.

Vale a pena enfatizar, mais uma vez, à luz de estudos da OCDE, que existe uma correlação, por um lado, entre as competências dos jovens - na matemática, na leitura e nas ciências - e a taxa de crescimento dos países e, por outro lado, entre a escolaridade média e o crescimento económico. Por isso nos congratulamos com a impressionante redução, nos últimos 4 anos, da taxa de abandono escolar precoce, de 28,3% para 13,7%, e temos de nos mobilizar para uma redução ainda mais substancial para níveis inferiores à média europeia. E não tenhamos dúvidas quanto ao fator crítico que esteve na base deste resultado: tratou-se de implantar progressivamente o ensino vocacional, que o novo governo pretende eliminar. Mas é igualmente importante ir mais longe na qualificação exigente, abrangente e inclusiva ao mesmo tempo que reduzimos o insucesso escolar e que promovemos a exigência e a disciplina como suportes de um ensino de qualidade.

Nesse sentido, temos de: fomentar progressivamente a liberdade de escolha das famílias e a autonomia das escolas, na gestão e no modelo educativo, desde logo no seio da escola pública; alargar progressivamente a universalidade do ensino pré-escolar; alargar a oferta de ensino profissionalizante e a sua articulação com as empresas; garantir o rigor na seleção e na avaliação dos docentes; reordenar a rede de ensino superior público, num contexto de coesão territorial e de criação de massa crítica indispensável à internacionalização.

Temos de tornar mais reprodutivo, tanto na qualificação como na competitividade, o investimento público realizado em ciência e educação, reforçar o investimento privado em I&D e o acesso eficiente a fontes internacionais e comunitárias de financiamento direto, como o Horizonte 2020. A discussão sobre educação e ciência não se pode centrar no Orçamento do Estado e na despesa pública. Esta é condição necessária, mas não suficiente. O que é verdadeiramente importante são os resultados que se alcançam com esse financiamento. Importa que cada euro investido em educação e em ciência aumente as competências dos nossos alunos, assim como a capacidade de publicar mais artigos científicos, de registar mais patentes, de celebrar novos contratos de transferência de conhecimento, de criar novos produtos e novas empresas de base tecnológica e novos empregos.

3.4.2 – A INOVAÇÃO E O EMPREENDEDORISMO

A aposta na inovação e no empreendedorismo.

Não basta a Portugal atrair investimento externo e privado. É também necessário que esse investimento seja reprodutivo no crescimento e no emprego. Ora, é precisamente a inovação e o empreendedorismo que assumem um papel central na capacidade para maximizar a criação de valor económico, de um modo disruptivo e duradouro, isto é, na reprodutividade do investimento.

Num mundo globalizado não basta ter competências. É preciso potenciar e desenvolver o espírito empreendedor e a iniciativa individual. O Estado, o sistema financeiro, o tecido empresarial e a sociedade em geral têm de contribuir uma nova cultura empreendedora e para o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à iniciativa individual e ao risco e à diferenciação e reconhecimento do mérito em razão da capacidade para inovar e empreender.

Nem todos têm por vocação o desenvolvimento de atividades económicas empreendedoras. Mas todos temos de desenvolver uma cultura empreendedora na sociedade, na economia e no Estado.

Não basta ter uma boa cultura científica e uma bem-sucedida aposta nas áreas do conhecimento. Não chega tão pouco transformar recursos financeiros em conhecimento científico através das atividades de I&D. Temos de reforçar o investimento privado em I&D e incorporar, nessas atividades, as preocupações da sociedade e do tecido empresarial.

E temos de garantir que, reciprocamente, as empresas sabem explorar o enorme potencial resultante do sistema científico. Não basta produzir artigos científicos. É preciso transformar esse conhecimento em patentes e colocá-las na base de um novo tecido de start-ups, capazes de reconstruir o nosso tecido empresarial e criar emprego. Deste modo, o estatuto do investigador e as respetivas carreiras públicas deveriam estar associadas a esse tipo de traslação do conhecimento.

A inovação – transformando conhecimento em produtos, em empregos e em prosperidade – é a principal alavanca do novo modelo de desenvolvimento. Encarar os problemas sob o prisma das oportunidades e colocar todo o nosso talento, criatividade e colaboração na superação dos obstáculos. Já o fizemos nos séculos no período dos Descobrimentos, afirmando-nos como os primeiros vencedores da globalização tendo por base a audácia, o conhecimento e a inovação. Temos de o voltar a fazer. E está ao nosso alcance fazê-lo.

Urge considerar o empreendedorismo como uma competência transversal a usar ao longo da vida, quer dentro de uma organização quer no autoemprego, e promover o seu desenvolvimento na educação e formação.

Portugal não tem condições para competir numa lógica de economia de escala. Mas tem todas as condições para retirar vantagens, a partir dos nossos talentos, das nossas instituições e do nosso posicionamento geoestratégico, para potenciar economias de rede.

Para que isso ocorra é simultaneamente relevante impulsionar a competição e a colaboração. Se é verdade que precisamos de uma economia aberta e concorrencial, reconhecendo o mérito e estimulando a competição, não é menos verdade que é imprescindível tirar partido de um tecido de organizações que, não tendo escala ou não podendo integrar toda a cadeia de valor, possam colaborar numa perspectiva de investimento e internacionalização. Isto é, temos de criar condições, naturalmente alavancadas em políticas públicas de ciência e inovação, fundos estruturais e fiscalidade, para o surgimento e crescimento de centenas de novas start-up que funcionem no mesmo ecossistema – isto é, com uma relação de proximidade e de cumplicidade - com as grandes empresas, com as grandes Universidades e com o sistema financeiro.

3.4.3 – POLÍTICA DE (RE)INDUSTRIALIZAÇÃO

É necessária uma política industrial que desenvolva um novo perfil de especialização da economia portuguesa.

Ao Estado não compete escolher os vencedores, distorcendo a concorrência. No entanto, quando tudo é prioritário, nada é prioritário. Portugal não se pode dar ao luxo de não tirar partido do potencial de que dispõe em alguns sectores. Mesmo num contexto de economia aberta e concorrencial, que beneficiou da realização de privatizações, do corte de rendas e da promoção da concorrência, não se pode dispensar o sentido estratégico do Estado na área da economia.

Esse sentido estratégico deve revelar-se na alocação – transparente e criteriosa - de recursos financeiros, tanto através de investimento público como de fundos estruturais, a alguns dos sectores com maior potencial de crescimento e emprego. É em especial relevante criar condições para tirar pleno partido do Plano Juncker e do Fundo Europeu para Investimento Estratégicos. Essa alocação de recursos públicos deverá ter efeito de alavanca e de atração do investimento privado.

Mas em que critérios deve assentar esta escolha sectorial da (re)industrialização?

É necessário assegurar, no quadro da política industrial, que Portugal valoriza as suas vantagens comparativas e melhora as suas vantagens competitivas. É necessário, por isso, fazer apostas estratégicas, apoiando prioritariamente as atividades de maior sustentabilidade, produtividade e competitividade. Portugal tem de focar as suas apostas em áreas que cumulativamente cumpram quatro requisitos: atividades e bens transacionáveis; áreas onde existam condições naturais vantajosas; áreas que foram alvo de um esforço considerável ao nível da formação e do apetrechamento tecnológico; e, finalmente, áreas com elevada procura nos mercados emergentes.

Através da política industrial, temos de levar mais longe a consolidação de verdadeiras regiões de conhecimento e de competitividade à escala global. Seja prosseguindo a modernização de setores tradicionais, onde já competimos com sucesso – como o turismo, a agricultura, o calçado e o têxtil, seja pela aposta em novas áreas de ponta, como a economia verde, a biotecnologia e as ciências da vida, a robótica e a economia digital, a nanotecnologia e os novos materiais, a economia do mar, o design e as indústrias criativas.

3.4.4 – ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO

A criação de um ambiente favorável ao investimento.

Portugal precisa de ser encarado, pelos investidores privados e pelos investidores externos, como um destino privilegiado, aliás, como já vinha sucedendo antes do início de funções do atual governo.

Sem o reforço significativo do investimento direto externo, Portugal não conseguirá elevar sensivelmente, como necessita, o produto potencial de modo a crescer acima do que hoje as previsões apontam (entre 1% e 2% do PIB). Este crescimento mais

sensível do produto potencial será determinante, não apenas para impulsionar melhor a recuperação da economia e o seu desendividamento, mas também, o que é muitíssimo relevante, para poder reabsorver o desemprego gerado estruturalmente ao longo da última década e meia.

Dado que não dispomos de poupança interna suficiente para financiar um processo mais intenso de recuperação como o que ficou descrito, é verdadeiramente do interesse estratégico para todo o país conseguir atrair poupança externa, dirigida às empresas portuguesas ou destinados a criar novas empresas, criando mais e melhor emprego.

Para que isso aconteça é fundamental assegurar um elevado nível de confiança externa na condução da política económica, sublinhando a isenção e a eficiência da esfera pública e a existência de canais articulados de diplomacia económica.

É preciso também impulsionar nesta nova fase uma estratégia ambiciosa de reforma do Estado, de molde a diminuir significativamente os entraves burocráticos e administrativos ainda existentes.

Nesse sentido, é importante levar mais longe o esforço de simplificação, modernização e descentralização já iniciado com o Sistema de Indústria Responsável (SIR), com o Licenciamento Único Ambiental (LUA), com o programa Aproximar, com a digitalização dos serviços públicos e com o eGov.

Deve aliás ser consagrado o objetivo de, até 2020, a digitalização de todos os procedimentos na administração pública central e local e eliminação, por completo, da utilização do suporte em papel, tanto na relação com os cidadãos e as empresas, como nos procedimentos internos. O processo de digitalização tem de obrigatoriamente envolver processos de formação dos funcionários públicos e mecanismos de proximidade no apoio à população com maiores vulnerabilidades no acesso e na utilização da tecnologia.

Mas, sobretudo, é importante fazer um review muito compreensivo de tudo o que são procedimentos internos desenvolvidos na relação com os cidadãos e as empresas de modo a garantir, tanto quanto possível, um processo permanente de facilitação e de incremento da produtividade dos serviços públicos.

Porém, é ainda fundamental envolver os funcionários públicos na reforma do Esta-

do, valorizar a Administração Pública, investir na formação e qualificação das competências dos trabalhadores. A política salarial deve evoluir, dentro das limitações financeiras do Estado, para o reconhecimento do mérito dos trabalhadores e dos serviços, incluindo através da atribuição de prémios de desempenho adicionais associados à redução dos custos e ao aumento da eficiência dos serviços.

Por outro lado, é também indispensável associar a estes esforços um elevado nível de previsibilidade e de estabilidade fiscal e regulamentar. Acrescenta-se, ainda, algumas condições sumárias que reforçariam a capacidade para atrair IDE: prosseguir a redução do IRC (para 17% em 2019); reforçar o papel da concertação social no desenho de políticas estáveis que impulsionem as reformas estruturais; favorecer soluções que contribuam para a capitalização das empresas, melhorando os incentivos ao reinvestimento de lucros para esse efeito, recorrendo aos fundos europeus mas também apoiando legalmente o aparecimento de categorias de instrumentos híbridos que facilitem as garantias de boa gestão e de estabilidade e confiança entre o private equity e o corpo acionista tradicional; a existência de um quadro de regulação do Mercado laboral que assegure a melhoria do rendimento salarial, tendo em conta os acréscimos de produtividade, no quadro da concertação.

3.4.5 – CRESCIMENTO VERDE

Finalmente, temos de fazer da aposta no crescimento verde, um elemento de competitividade, de sustentabilidade e de solidariedade. Mas esta terá de ser uma aposta duradoura. Temos de assegurar ambição, estabilidade e previsibilidade, beneficiando, aliás, do Compromisso para o Crescimento Verde subscrito por uma centena de organizações da sociedade civil alcançado ainda durante o mandato do anterior governo.

Em primeiro lugar, porque urge agir perante o agravamento dos sinais globais de crise climática, de degradação e escassez de recursos hídricos e de perda de biodiversidade. Prevê-se que o efeito demográfico conduza, até 2030, ao aumento do consumo de energia em 45%, do consumo de água em 30% e do consumo de alimentos em 50%. Este não é um problema dos outros. É um problema de todos. Sendo que, no nosso caso, a urgência é ainda mais evidente. Os últimos estudos estimam que Portugal seja substancialmente mais afetado do que a média europeia pelas consequências das alterações climáticas, nomeadamente, nos recursos hídricos e no litoral.

Em segundo lugar, porque urge superar, através de um novo ciclo de reformas estruturais, a situação paradoxal em que nos encontramos há décadas, combinando, na área dos recursos naturais, elevado potencial de talentos, recursos e infraestruturas, com a persistência de alguns problemas. Depois dos bons resultados alcançados com as reformas nas áreas da energia, arrendamento, água, resíduos, reabilitação urbana, fiscalidade verde, licenciamento ambiental, conservação da natureza, é agora especialmente importante impulsionar níveis mais adequados de eficiência na utilização de energia, água e materiais.

Em terceiro lugar, porque devemos tirar partido das oportunidades económicas e de geração de emprego associadas ao crescimento verde. Desde logo porque, nesta área, dispomos de condições ímpares para competir e vencer à escala global no curto-prazo. Mas também porque está em curso um fortíssimo aumento da procura de bens e serviços verdes à escala global.

Assim, os objetivos do crescimento verde são totalmente convergentes com os grandes desafios colocados à sociedade portuguesa e podem mesmo contribuir decisivamente para a sua obtenção: crescimento, emprego, redução da dependência do exterior, fiscalidade mais inteligente e qualidade de vida.

Neste contexto, Portugal está numa posição privilegiada e tem de apostar nas suas vantagens competitivas, ambicionando posicionar-se como líder mundial desta nova tendência global. Portugal pode, inclusivamente, mobilizar-se para poder assumir-se, nas duas próximas décadas, simultaneamente como a Califórnia e a Flórida da Europa, já que dispõe de condições e vantagens para se afirmar como um polo de forte atração de serviços de base tecnológica avançada e para atrair pessoas com elevados recursos financeiros e património que aqui pretendam residir, temporária ou permanentemente, nomeadamente em fase mais avançada da sua vida.

Em resumo, está ao nosso alcance, como uma estratégia de crescimento sustentá-

vel, assente no conhecimento, na inovação, na (re)industrialização, na atração de investimento e na sustentabilidade, criar condições para que Portugal possa, o mais tardar até 2030, em resultado de duas novas legislaturas lideradas pelo PSD, afirmar-se como um dos países mais competitivos e mais sustentáveis a nível mundial. Ora, não é suficiente ter ambição e adotar uma estratégia consistente. Precisamos de estabilidade e previsibilidade, envolvendo uma mobilização nacional em torno destes objetivos e das reformas que os impulsionem.

3.5 PORTUGAL EUROPEU, ATLÂNTICO E GLOBAL

Num momento em que o contexto global e europeu oferece um novo quadro de riscos e de oportunidades, Portugal não pode deixar de, por um lado, integrar essas variáveis na formulação das suas políticas internas e, por outro lado, participar ativamente, no quadro das relações internacionais, bilaterais e multilaterais, para novas respostas globais.

O mundo precisa de uma resposta global, a Europa precisa de um novo impulso político e os partidos têm a obrigação de participar no desenho dessas respostas. O PSD, uma vez mais, estará à altura das suas responsabilidades.

Temos de promover uma globalização inclusiva e sustentável, que dê uma resposta multilateral, à insegurança, ao terrorismo, à crise dos refugiados, à crise climática, à pobreza extrema e à volatilidade do preço das matérias-primas.

Portugal tem, em torno de todas estas matérias, condições para assumir, por história, vocação e convicção, a sua condição de país Europeu e Atlântico, tomando um papel central no diálogo global. Portugal é uma porta de entrada, do mundo, na Europa; é uma porta de entrada, da Europa, no Médio Oriente, em África e na América Latina, em especial, no espaço lusófono. Temos de assumir por inteiro a nossa vocação europeia, atlântica e universalista.

A centralidade de Portugal no contexto internacional pode e deve ser reforçada pelo nosso papel na valorização da língua portuguesa e da CPLP, na política de vizinhança no mediterrâneo ocidental, nas relações com os países da comunidade ibero-americana e no diálogo transatlântico.

A valorização da CPLP, necessariamente na promoção da língua, mas também na cooperação económica, científica, cultural e social num conjunto cada vez mais alargado de setores, tem de continuar a ser assumida uma prioridade inquestionável, mesmo tendo em conta o quadro alargado de dificuldades que vem afetando muitos dos seus países membros.

O mesmo se diga da vertente atlantista. No momento atual, a UE negocia com os Estados Unidos um Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), cuja conclusão é uma prioridade para Portugal, que poderá beneficiar de um conjunto de novas oportunidades económicas e geoestratégicas.

Aliás, a relevância estratégica da relação transatlântica reforçou-se com a crise que recentemente eclodiu entre os EUA/UE e a Rússia, tendo por epicentro a Ucrânia. Num sistema internacional caracterizado pela volatilidade geoestratégica, o interesse de Portugal passa pela preservação e fortalecimento da relação com os Estados Unidos da América e pela valorização do nosso papel como membro fundador da NATO.

Mas, assumir o papel que, neste contexto de grandes desafios globais, pode e deve caber a Portugal passa por assumir, em plenitude, a sua condição de Estado-Membro da União Europeia (UE), contribuindo ativamente para o aprofundamento da construção europeia.

A UE enfrenta uma grande amplitude de desafios: a crise dos refugiados (porven-

tura o maior desafio colocado à Europa desde a 2ª Guerra Mundial), a insegurança na fronteira leste e na vizinhança sul, o terrorismo, a instabilidade da zona Euro, o desemprego, a competitividade da economia europeia, a permanência ou não do Reino Unido na EU, a recessão demográfica e a dependência energética do exterior.

A UE conseguiu ultrapassar, nos últimos anos, com o forte contributo de Portugal, uma forte instabilidade da zona Euro, com soluções de contingência, mas também com o impulso estrutural dado à coordenação das políticas económicas e financeiras.

Agora é preciso mais. Chegou o momento de relançar a Europa em torno de um projeto sólido de aprofundamento político, económico e financeiro. A UE tem de estar à altura das suas responsabilidades e Portugal, desde que não desbarate a sua credibilidade recuperada, tem a possibilidade e a responsabilidade de participar ativamente neste processo de refundação.

Esta nova visão para a UE deverá relançar as condições de responsabilidade e de solidariedade no conjunto europeu, com o aprofundamento do mercado interno (nomeadamente, na área digital e nos domínios dos serviços e da energia), o reforço do papel das instituições europeias e o incremento dos objetivos de coesão social.

A integração europeia não pode deixar de assentar nos princípios de solidariedade e de responsabilidade e não pode deixar de ter como um dos seus principais objetivos a convergência das condições sociais e económicas entre todos os Estados. Essa convergência é, alias, instrumental para que a UE seja, não apenas a maior, mas também a melhor economia do mundo.

Nesse contexto, tal como defendido, de forma pioneira pelo governo liderado pelo PSD, e reafirmado no nosso programa eleitoral para as legislativas de 2015, é urgente avançar com a segunda fase de reforma da zona euro, assente em três pilares fundamentais:

- a delimitação de um quadro mais coerente para as políticas estruturais, o que envolve, nomeadamente, a reorientação e simplificação do Semestre Europeu, a delimitação de mecanismos de coordenação fiscal e a definição de orientações globais em matéria orçamental, que consubstanciem, não uma união orçamental, mas uma política conjunta e articulada nesse domínio;

- A realização de uma União Financeira para o Crescimento e a Estabilidade, o que requer, desde logo, que se complete a União Bancária, dando origem a um sistema bancário verdadeiramente integrado, que englobe um sistema comum de garantia de depósitos e um fundo único de resolução mas que justifica, também, a instituição de mecanismos adequados a combater os problemas provocados pela flutuações económicas, contexto em que teria plena justificação a instituição de um complemento europeu ou de um substituto parcial ao subsídio de desemprego nacional, por exemplo;

- A construção de um quadro orçamental e institucional estável e de confiança, que poderá passar pela instituição de um Fundo Monetário Europeu e pela atribuição de carácter permanente ao cargo de Presidente do Eurogrupo, que deveria assim deixar de ser exercido em acumulação com o cargo de ministro das finanças de um

Estado membro.

Mas é igualmente importante continuar a afirmar a liderança de Portugal na construção da União da Energia, dando sequência aos esforços nacionais que permitiram a aprovação, em 2014, da prioridade às interligações de eletricidade e de gás entre Portugal, Espanha e França, pondo fim ao isolamento da Península Ibérica.

O reforço acordado das interligações de eletricidade (10% até 2020 e 15% até 2030) posicionará Portugal como um fornecedor de energias renováveis para a UE. Isto é, as interligações terão o benefício de permitir que vários países europeus possam cumprir as suas metas nacionais, cada vez mais ambiciosas, de energias renováveis e de emissões de GEE, através da importação a partir dos países onde o recurso é mais abundante, reduzindo o custo global da descarbonização europeia, potenciando a harmonização do mercado elétrico europeu e fomentando a atração de projetos, investimento e emprego para os países fornecedores.

Com o reforço das interligações de gás, a Península Ibérica posiciona-se, através dos sete terminais de GNL localizados em Portugal e Espanha, enquanto hub estratégico de fornecimento de gás para a UE, contribuindo para a segurança energética.

4. OS NOVOS DESAFIOS POLÍTICOS E ELEITORAIS

4.1 O REFORÇO DA CIDADANIA

Referiu-se o processo da reforma do Estado no contexto da remoção de obstáculos burocráticos que melhorem a produtividade dos serviços públicos, que traga uma cultura pública que coloque os cidadãos e as empresas no centro das decisões e que amplie a capacidade de atrair investimento direto externo. Mas há uma outra dimensão da relação dos cidadãos com o Estado que não se pode descuar: o reforço da cidadania e o aprofundamento da democracia.

O debate sobre a reforma do sistema político inclui, mas não se confina, à reforma dos sistemas eleitorais. É, aliás, no alargamento dos mecanismos de participação e de cidadania que reside o principal elemento motriz da qualificação da nossa democracia.

Temos de criar condições para que os cidadãos tenham não apenas mais acesso à informação mas também maior participação na definição de políticas e na gestão pública, através de mecanismos inovadores como: o alargamento do direito de petição de cidadãos à apresentação de iniciativas legislativas; a descentralização administrativa e uma maior transferência de responsabilidades para os municípios e para as comunidades intermunicipais e para as áreas metropolitanas; o maior envolvimento dos cidadãos no governo local, aprofundando a experiência dos orçamentos participativos; o alargamento das responsabilidades e influência das instituições intermédias e do terceiro sector, ONG e organizações de voluntariado; a avaliação custo-benefício das políticas públicas mais relevantes, através de uma unidade especializada, com a mesma natureza jurídica da UTAO, a funcionar em permanência na Assembleia da República.

Mas são igualmente necessárias, como salientado nas Moções de Estratégia Global aprovadas em 2010 e 2012, reformas do sistema político que aproximem os cidadãos da política e qualifiquem a democracia representativa. Defendemos, nomeadamente, a consagração do voto preferencial opcional e reconfiguração dos círculos eleitorais, de modo a combinar a existência de um círculo nacional com círculos locais de menor dimensão, onde o eleitor tem um voto nominal escolhendo o seu candidato preferido, além da escolha do partido da sua preferência.

E não vemos hoje qualquer obstáculo sério a que se facilite, com o recurso às novas tecnologias, e multiplique, com recurso a uma rede mais ampla e diversificada de locais de voto, a participação eleitoral dos Portugueses, tanto no território nacional como no estrangeiro.

Era importante que, coincidindo este novo ciclo eleitoral com o início do mandato do novo Presidente da República, Dr. Rebelo de Sousa, o reforço da cidadania e o aprofundamento da democracia pudessem evoluir sob os auspícios do novo ciclo presidencial.

4.2 AS ELEIÇÕES REGIONAIS

No segundo semestre deste ano realizar-se-ão as eleições regionais na Região Autónoma dos Açores.

Trata-se, para os Açorianos, de poderem escolher os novos órgãos de governo próprio da Região. No caso do PSD regional, será seguramente uma oportunidade para afirmar a sua alternativa de governo num contexto de grandes mudanças impulsionadas pelo movimento de liberalização do transporte aéreo, decidido ainda no tempo da governação nacional do PSD e do CDS.

Para ajudar a ilustrar, de resto, a necessidade de mudança nos Açores, esta é a marca mais impressiva da acomodação socialista que se tem negativamente traduzido numa fraca capacidade de transformação do tecido económico e social da Região. De facto, é bastante sintomático que, em praticamente duas décadas de governo socialista no arquipélago, a medida mais estruturante e com mais potencial de impulsionar o crescimento da economia açoriana tenha sido tomada por um governo da República liderado pelo PSD.

O impacto sobre o setor do turismo que, neste último ano, a medida implicou situa-se acima dos 20%. As perspetivas de emprego e de reanimação económica revelam, assim, um elevado potencial. Mas exige, nos próximos anos, um governo empreendedor e não acomodado que não desperdice esta oportunidade e que estimule e enquadre uma estratégia ambiciosa que mobilize os empresários e as instituições regionais, nomeadamente de natureza económica, social e cultural, em torno da procura turística e da diversificação e requalificação dos produtos e da oferta turística.

Trata-se, também, de uma oportunidade para o PSD nacional reafirmar a sua confiança e o seu empenhamento em todo o processo de aprofundamento da autonomia regional, ao qual está ligado histórica e emocionalmente, orgulhando-se dos resultados que, quer ao nível dos Açores, quer ao nível da Madeira, os nossos companheiros dos dois PSD regionais têm realizado em prol das populações dos dois arquipélagos.

4.3 AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O PSD tem a aspiração de voltar a ser, em 2017, o maior partido no mundo das autarquias, conquistando o maior número de presidências de Câmara e voltando a desempenhar, simbolicamente, a presidência da ANMP.

Os social-democratas dispõem hoje, com o apoio dos ASD, de uma nova geração de autarcas bastante qualificados e preparados para as novas exigências do poder local.

Tratando-se de um grande partido com raízes disseminadas em todo o território, o PSD está, também por essa via, sempre próximo das pessoas, conhecendo os seus problemas e as suas aspirações. Na medida em que contribui diariamente para projetar e materializar aspirações e expectativas, mas também para resolver problemas e encontrar novas soluções para a vida das comunidades locais e dos nossos concidadãos, os social-democratas apresentam-se como agentes dinâmicos e próximos que cada vez mais dignificam o exercício público e contribuem para a tão necessária revalorização da política.

Importa reconhecer, também nestas eleições, que o poder local fez em geral um esforço notável de contenção e consolidação da despesa pública, dando um contributo efetivo significativo para o desendividamento do setor público e para a reorganização administrativa do Estado e do seu setor empresarial local.

A Comissão Política Nacional apresentará oportunamente ao Conselho Nacional uma proposta de orientação estratégica para as eleições autárquicas, baseada no princípio da escolha a mais descentralizada possível, quer da política de alianças, quer do processo de candidaturas autárquicas. E não deixará de nomear uma comissão nacional autárquica com a missão de apoiar as estruturas locais e regionais a procederem à seleção dos melhores candidatos e a alcançarem os melhores resultados.

5. A MODERNIZAÇÃO DO PSD

A vida política não se esgota nos partidos. E, por isso, sempre nos batemos pelo reconhecimento e valorização da atividade das organizações da economia social, ONG, fundações, think-tanks e grupos de cidadãos. A cidadania e participação reforça-se com a valorização de todos os espaços de debate e intervenção.

Mas, não sendo os únicos espaços de participação e de cidadania, cabe aos Partidos um papel insubstituível na sociedade portuguesa. Logo, é fundamental prosseguir os processos de modernização do PSD no aprofundamento dos mecanismos de participação interna, na capacidade de articulação com as diversas organizações da sociedade civil e na formação política dos mais jovens.

Nesse sentido, é fundamental aproveitar melhor, por um lado, o trabalho de grande proximidade junto dos cidadãos desenvolvido pelas estruturas regionais, distritais e concelhias, assim como pelas organizações especiais como a JSD, TSD, ASD e, por outro, as atividades de debate e formação desenvolvidas pelo Instituto Sá Carneiro, pelo Gabinete de Estudos e pelos vários think-tanks da área da social-democracia.

Apesar de este congresso não envolver uma dimensão de alteração estatutária que abra caminho para novas formas de trabalho interno e de organização, é importante que estes dois próximos anos possam ser relevantes para testar e consolidar diferentes metodologias que sejam melhor suportadas pelos novos recursos tecnológicos que abram mais espaço de participação e de envolvimento com a sociedade civil.

É decisivo aproveitar as novas potencialidades de comunicação para ter um mais dinâmico e com melhor interlocução social e política, sobretudo com os mais jovens.



Pedro Passos Coelho